

O PCP na Assembleia da República

Sete projectos de lei logo na 1.ª reunião



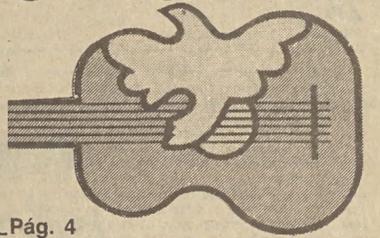
Dando cumprimento a promessas feitas durante a campanha eleitoral, o Grupo Parlamentar do PCP, logo no primeiro dia da actual legislatura, apresentou na Assembleia da República um conjunto de projectos de lei, visando:

- Revogação dos tectos salariais;
- Revogação da legislação relativa a contratos a prazo;
- Pôr fim à legislação que tem permitido roubar às UCP's/Cooperativas o direito à extracção e comercialização da cortiça;
- Criação do concelho de Vizela;
- Defesa da maternidade;
- Garantia do direito ao planeamento familiar;
- Legalização da interrupção voluntária da gravidez.

Pág. 3

Festas no fim-de-semana

Almada, Carnide Marinha Grande



Pág. 4

IV Bienal de Artes Plásticas



feira do
Avante!

Lugar de encontro Espaço de convívio e debate vivo

Pág. 5



Págs. 6/7



Págs. 4/5



CORRIDA AOS ARMAMENTOS

Alteração qualitativa
faz aumentar
os perigos

Págs. 10/11

Suplemento

SEMANA

25

Quarta-feira



Álvaro Cunhal em Belém

Álvaro Cunhal alerta, após encontro com Ramalho Eanes, para «numerosos indícios de que está em preparação uma manobra política» que visa «justificar um vultoso empréstimo externo em condições extremamente gravosas nos planos económico, social, militar e nacional».

■ O PCP, o Movimento Português contra o *apartheid* e o Sindicato dos Jornalistas protestam contra a decisão do Conselho de Gerência da RTP de proibir a transmissão da «Grande Reportagem» sobre a África do Sul.

■ A CIP exige ao PS e PSD a liberalização dos despedimentos.

■ É inaugurada a 24.ª Feira Internacional de Lisboa.

■ Uma missão do «Grupo de Contadora», que procura uma solução pacífica dos conflitos na América Central, encontra-se em Manágua com representantes do Governo sandinista.

■ Uma sondagem publicada no «Washington Post» revela que os americanos temem mais a intervenção militar do seu país na América Central do que a «expansão do comunismo na região»; entretanto o Senado dos EUA aprova a construção do míssil MX.

■ O Iraque propõe acordo de paz ao Irão.

26

Quinta-feira



Trabalhadores navais

Os trabalhadores da indústria naval manifestam-se em Almada exigindo o combate à crise do sector e o pagamento dos salários em atraso.

■ Jaime Gama anuncia a saída de Belém que o acordo governamental com o PSD está feito e que «as dificuldades finais» das negociações «foram controladas».

■ O secretário de Estado do Tesouro, Walter Marques, afirma que a venda de ouro é inevitável se o novo governo não entrar em funções no início do próximo mês.

■ A Coordenadora da APU do Porto defende, em comunicado, o direito do concelho a uma tarifa especial de electricidade.

■ O Governo do Peru declara o estado de emergência após um molim de várias centenas de guardas civis que exigem aumento de salários e uma nova lei orgânica.

■ Os EUA e El Salvador anunciam o assassinato de um «conselheiro» americano em San Salvador.

■ O parlamento israelita decide por maioria «dispensar» o governo de Begin de informar a Comissão de Segurança e Relações Externas sobre a realização de operações militares no Líbano nas últimas 48 horas.

27

Sexta-feira

O Presidente da República indigita o secretário-geral do PS, Mário Soares, para 1.º Ministro do próximo Governo, embora este continue a afirmar «não ter pressa» na nomeação.

■ Torres Couto, dirigente da UGT e da Comissão Política do PS, afirma que «se o acordo laboral acordado com o PSD for posto em prática, o governo cairá dentro de três meses».

■ Segundo um decreto-lei hoje publicado, dentro de três meses entrarão em vigor novas medidas antitabagistas.

■ Segundo o «Correio dos Açores», congressistas e senadores dos EUA visitam em Julho a Base das Lajes.

■ O embaixador da África do Sul em Lisboa recusa receber uma declaração de protesto contra o ataque racista a Moçambique.

■ A ditadura chilena prorroga o estado de emergência, enquanto os transportes privados do Chile se organizam contra Pinochet.

28

Sábado

Ramalho Eanes desmente ter conhecimento da existência de um acordo secreto com os EUA que permitiria a instalação de bases militares daquele país em Portugal contra um empréstimo de 110 milhões de contos.

■ Os pilotos da APU na Câmara do Porto conseguem impedir o aumento das tarifas de gás e electricidade no concelho.

■ Cerca de 300 activistas sindicais reunidos na «Voz do Operário» exigem que o próximo governo satisfaça os «22 pontos da CGTP-IN», ou seja, as principais reivindicações do movimento sindical unitário.

■ O exército sírio reforça as suas posições no nordeste do Líbano que continuam a ser sobrevoadas pela aviação israelita.

■ Começa em Williamsburg, nos EUA, a nona cimeira dos chefes de Estado ou de Governo dos sete países capitalistas mais industrializados: EUA, Canadá, Grã-Bretanha, RFA, França, Itália e Japão.

29

Domingo

A exemplo da posição assumida pelo Sindicato dos Médicos do Sul, a Ordem dos Médicos exige a revogação imediata do decreto de controlo das baixas na Função Pública, que visa transformar os médicos em «policiais dos trabalhadores».

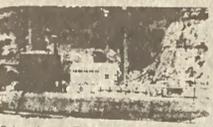
■ A União dos Sindicatos do Porto/CGTP-IN, divulga um comunicado em que afirma existirem no distrito 32 empresas onde oito mil trabalhadores têm salários e outras remunerações em atraso, cinco mil com contratos a prazo e oito mil com recibo de perder o emprego; o débito do patronato àqueles trabalhadores orça os 300 mil contos.

■ Os ministros dos Negócios Estrangeiros do «Grupo de Contadora» iniciam na Cidade do Panamá nova reunião para debater a situação na América Central.

■ A rádio Telaviva anuncia que o governo sionista está a preparar as tropas para «um verão quente» no Líbano.

30

Segunda-feira



Submarino no Tejo

Por iniciativa da APU a Câmara Municipal de Lisboa aprova por unanimidade dar o seu apoio ao «Apelo de Madrid a favor do Desarmamento» e tornar-se signatária do projecto.

■ Um submarino nuclear da Nato estaciona no Tejo.

■ O conselho directivo do Liceu Camões decide encerrar o estabelecimento devido a desmoronamentos no edifício.

■ A Cimeira de Williamsburg termina com promessas mútuas de melhoramento do sistema económico e com a imposição da política belicista dos EUA.

■ A agência de notícias Indiana anuncia que os EUA pretendem criar novo pacto no Médio Oriente envolvendo o Egipto, o Paquistão e a Turquia.

■ Misséis moçambicanos abatem um avião sul-africano que violara o espaço aéreo de Moçambique.

■ Mais de 500 religiosos reunidos no México condenam a política de Reagan para a América Latina.

31

Terça-feira

A Assembleia da República inicia os trabalhos da terceira legislatura, presidida ainda por Leonardo Ribeiro de Almeida até à eleição de uma nova mesa; o PCP apresentou já sete projectos de lei visando a «defesa dos direitos dos trabalhadores, da Reforma Agrária, das justas reivindicações das populações em matéria municipal e dos direitos da mulher».

■ A CGTP-IN anuncia que a luta dos trabalhadores vai prosseguir e ser intensificada aos diversos níveis.

■ Greve na Transtejo pela actualização de salários.

■ O ministro etíope dos Negócios Estrangeiros afirma que a maioria dos chefes de Estado e de Governo da África tenciona participar na próxima cimeira da OUA, de 6 a 11 de Junho.

■ A Síria adverte os EUA que nova guerra no Médio Oriente não poupará «o sangue norte-americano».

■ Um porta-voz da delegação da RFA no Irão afirma que o regime de Teerão deseja uma «aproximação com o ocidente».

Editorial

PESADAS NUENS NO HORIZONTE DA PÁTRIA

Nos círculos da nova área de poder em formação detecta-se uma nascente polémica sobre esta «preocupante» questão: o próximo governo PS/PPD obedece ou não aos superiores ditames da «alternância democrática»?

A polémica e a preocupação têm razão de ser. Não é que o PS fez a sua campanha eleitoral apelando ao voto do eleitorado contra a «AD»?

Não é que atacou o partido de Mota Pinto — partido que desde Dezembro de 1979 tem assumido a chefia do Governo — pela má gestão dos negócios do Estado?

Não é que o responsabilizou directamente pela gravidade da crise e pela flagrantíssima incompetência governativa?

Não é que, em consequência, se apresentou ao eleito- rado como única alternativa à «AD»?

E agora?

Como justificar aos olhos da opinião pública e da imensa maioria dos portugueses que votaram pela expulsão da «AD» do Poder, particularmente dos que confiando na palavra de Soares deram o seu voto ao PS, como fazer agora engolir ao Povo português a fábula da justiça política da actual barreguleira entre o principal partido ganhador das eleições e o principal perdedor?

Soares que tralú abertamente o voto do eleitorado e o mandato do povo resolve tais incómodas questões com um golpe de varinha de condão e a sua provada falta de escrúpulos.

Para Mário Soares o «professor de Coimbra» é agora um insigne «democrata».

Por outro lado, e em obediência aos superiores ditames da «alternância democrática», toda uma retorcida dialéctica se desenvolve para «branquear» a sua política de direita praticada pela «AD» durante os últimos quase quatro anos sob a direcção do PPD e para arredondar algumas arestas mais extremistas e agudas do partido de Mota Pinto, simultaneamente, corrigir no programa e no fraseado do PS certos comprometedores arroubos de «esquerda» que poderiam dificultar o casório com os novos parceiros de Governo.

E quanto à «alternância democrática», bom... Alternância é — democrática não.

Depois dos acertos políticos das últimas semanas é de prever que tudo aquilo que a dupla PPD/CDS não conseguiu sob o signo da defunta «AD» vai agora ser tentado pela dupla PS/PPD.

Sim, alternância há — mas uma verdadeira «alternância» de coevos dos direitos populares, das conquistas democráticas, da democracia.

Vê-se hoje claramente que Soares e a sua gente atacam o partido de Mota Pinto, Eurico de Melo, Balsemão e C.ª não por razões de fundo mas por puro eleitoralismo. Não para respeitar o mandato do povo e dar realização prática às aspirações do seu próprio eleitorado mas para lhes caçar o voto e traí-los à primeira esquina.

O «projecto político» que está na forja da nova coligação de poder é algo de preocupante. É sobre uma autêntica abjeção que assentam os compromissos políticos e o acordo de governo do PS com o PPD.

É claramente e comprovadamente a bússola dos interesses do grande capital e do imperialismo que norteia Soares e os seus amigos nos seus arranjos com o principal partido da direita.

Sob o primado desses interesses, frontalmente opostos aos do povo e do País — e com toda a probabilidade em troca do apoio reacçãoário à sua candidatura a Belém — Mário Soares traíca com a direita a sua ascensão ao Poder.

As condições ditadas pelo «professor de Coimbra» estão praticamente aceites pelos negociadores do PS. Os pontos mais escaldantes do programa eleitoral do PPD, revindicados por Mota Pinto como condição para o acordo de governo, são agora pontos comuns do novo «bloco» de poder.

Dos projectos às realizações vai uma eternidade mas os principais pontos do compromisso e a cedência em toda a linha do PS à direita política e à CIP, à CAP e CCP representam uma séria ameaça contra Portugal de Abril.

Por detrás da fraseologia polida e dos truques jurídicos, são autênticos atentados contra as conquistas democráticas do Povo português o que se esconde na cortina. A «abertura de todos os sectores da economia à iniciativa privada» — para já, de desestabilização dos cimentos e dos adubos — deve ler-se «projecto de liquidação das nacionalizações».

A «distribuição das terras do Alentejo e do Ribatejo» e a criação de «explorações familiares» devem ler-se «projecto de destruição das UCPs e de liquidação da Reforma Agrária».

Uma «nova política para a comunicação social estatizada» deve ler-se «projecto de liquidação efectiva do pluralismo democrático da informação».

As «novas leis laborais», devem ler-se «projecto de novas ofensivas contra o direito ao trabalho, contra o salário real dos trabalhadores, projecto de liberalização dos despedimentos e do desemprego em massa, contra os seus direitos e liberdades, em particular contra a lei da greve».

E se o projecto político da coligação representa uma grave ameaça contra Portugal de Abril, os homens que se perfilam já para o levar avante representam um perigo adicional na concretização dessa ameaça.

O que está a vir a público, com todas as probabilidades de se tornar efectivo, na divisão das pastas e nas definições de política sectorial entre os actuais candidatos ao Poder, é de molde a alertar a vigilância e a desconfiança do Povo português.

Mota Pinto, o reacçãoário primeiro-ministro expulso na Primavera de 1979, além de segundo no Governo, irá dar continuidade à direcção e aos projectos de subversão de Freitas do Amaral na pasta da Defesa. Os intentos da «AD» de partidarização das Forças Armadas, implícitas na revisão da Constituição — a que o PS deu o seu contributo — assumem agora toda a sua gravidade.

O mandatário nacional de Soares Carneiro val agora tentar liderar um novo surto de desestabilização das Forças Armadas extremamente perigoso para a segurança do Estado e para o regime democrático.

O nome de Vaz Portugal, como forte candidato ao MAP, é uma ironia e um insulto aos trabalhadores da Reforma Agrária e aos pequenos e médios agricultores.

Não deixa de ser curioso ver o PS, que punha como primeira medida nas suas promessas eleitorais o «combate à corrupção», pôr no MAP exactamente o homem dos conhecidos «fumos da corrupção». O ex-ministro está na base dos escândalos Goulão, Capoulas, Prates Canelas e outros, na base das primeiras operações punitivas da GNR contra a Reforma Agrária e do espantamento de cerca de mil trabalhadores.

Goneiha, o homem da «Trilateral», o do célebre «pacote Goneiha», o que se propunha «quebrar a espinha à Inter-SINDICAL», está na calha para novos empreendimentos do mesmo jaez.

Velso Simão, Sotto Mayor Cardia, Ângelo Correia, Ernâni Lopes e outros que se apontam para cargos governamentais, são nomes inscritos no passado remoto e recente de uma política antipovo, antidemocrática e antinacional, suficientemente conhecidos dos trabalhadores e dos democratas portugueses.

Alá, a «alternância» dos homens na direcção política da nova coligação governante, perspectivada à direita sob a chefia de Mário Soares, torna-se ainda mais significativa quando nos detemos na nova representação parlamentar dos dois partidos.

Na panorâmica humana das bancadas parlamentares do PS e do PPD, colhida na primeira reunião de anteontem dos deputados eleitos para a nova legislatura da Assem-

bleia da República, as mudanças na composição política para a direita são notórias.

No PS a viragem soarista operou uma autêntica razia entre os opositores de Mário Soares no seu grupo parlamentar.

Desapareceram da bancada socialista homens (e mulheres) com os quais muitas vezes os comunistas tiveram discórdâncias mas que em vários momentos de apuro para a democracia souberam assumir connosco uma atitude corajosa contra os avanços da direita.

Em seu lugar, outras caras — algumas desconhecidas, outras com largas culpas na política de recuperação capitalista e nos recuos no nosso processo democrático — tomam agora assento no Grupo Parlamentar do PS.

No PPD, várias do «antigamente» e quase todos os que sob a derrotada bandeira da «AD» arremeteram contra as conquistas de Abril e contra a Constituição; os que sancionaram com o seu voto ou o seu silêncio ao lado dos vizinhos do CDS as ofensivas antidemocráticas dos últimos anos lá têm assento.

Quando se desfizer o actual Governo de gestão da direita descolgada o nalpe reacçãoário ficará ainda mais completo.

Paralelamente às controvérsias de chacha sobre a «alternância democrática», o PS — e pessoalmente Mário Soares — desenvolvem toda uma conspícua manobra de chantagem para fazer passar o seu jogo de alianças com a direita e as suas congeminações cedências ao imperialismo.

Soares fez há dias um «patético» apelo ao Povo português para que o apole nos esforços para levar avante uma política que é contrária a esse próprio povo e, com vários arautos do novo arranjo de poder à direita, procura instilar a ideia de que o falhanço da sua coligação com o PPD representaria o falhanço da «última oportunidade do regime democrático» a seguir ao qual, só uma alternativa — o regresso ao passado.

Sem dúvida Mário Soares quer cobrir inconfessáveis compromissos e quer tudo fazer para assegurar o seu cumprimento, agitando ante o Povo português o espantoso do retorno do fascismo.

A história do empréstimo — da grossa maquia que depóis até se poderia reduzir — vindo dos Estados Unidos em troca de facilidades estratégicas para a força americana de intervenção rápida, que ascenderia a cem milhões de contos, está ainda por esclarecer.

A declaração do Presidente da República de desconhecimento de quaisquer conteúdos secretos visando colocar ainda mais Portugal na órbita do imperialismo, não anula que eles possam ter sido negociados nas costas do Povo português e do próprio Presidente.

É uma matéria altamente perigosa para o País para ser deixada num terreno de vagas indefinições.

A situação de atraso na formação do novo governo e o marasmo na condução dos negócios públicos que implica a indefinição do Poder está a ser também um grave factor de deterioração económica e social, cuja responsabilidade cai sobre o Primeiro-Ministro indigitado e as forças políticas que se preparam para governar o País.

São os trabalhadores as grandes vítimas desta política de chantagem e bastidores. A resistência do movimento operário e popular é um factor determinante para travar esta nefasta política.

A perspectiva fatalista de Mário Soares é falsa — há uma outra perspectiva e uma outra alternativa de Poder — que resultaram do mandato popular do 25 de Abril e que não apontam a soluções antidemocráticas nem ao predomínio de forças antidemocráticas.

Apontam a uma alternativa democrática de política e de governo que exige o empenhamento consciente e directo dos trabalhadores e a participação dos comunistas e de todos os verdadeiros democratas na necessária e urgente recuperação do País.

PCP não caucionará política contrária aos interesses do povo e do país

«A complexidade da situação e a necessidade de grande rigor na definição das posições das forças políticas, leva-nos a preferir neste momento, à saída do encontro que acabámos de realizar com o Presidente da República, fazer uma curta declaração» — afirmou Álvaro Cunhal aos jornalistas, no final da audiência com o General Ramalho Eanes, quarta-feira da semana passada.

E o secretário-geral do PCP leu a seguinte declaração:

1 — Tivemos ocasião de

dizer ao Presidente da República que um governo PS/PSD contraria frontalmente a vontade do eleitorado que rejeitou e derrotou nos partidos da «AD» e a sua política e voto para a sua saída do Governo e da maioria da Assembleia da República.

2 — Condenamos vivamente as delongas para a formação do novo governo, deixando agravar cada vez mais a situação social, económica e financeira que recentes medidas do governo demitido tornam particularmente preocupante.

3 — Alertamos para numerosos indícios de que estará em preparação uma manobra política que (a confirmar-se) repudiamos: Consistirá no seguinte:

a) Esperar passivamente a aproximação de um momento de iminente dificuldade de tesouraria para pagamentos externos.

b) Justificar então um vultoso empréstimo externo em condições extremamente gravosas nos planos económico, social, militar e nacional.

c) Continuar nessa base a política de desastre nacional dos governos «AD», agravada por novos laços de dependência ao estrangeiro.

4 — Sublinhamos que o PCP recusa terminantemente corresponsabilizar-se com a política ou com quaisquer medidas conjunturais de um Governo PS/PSD — que não só não resolverão como agravarão todos os problemas nacionais.

5 — Nesse sentido consideramos não serem adequadas certas sugestões vindas de dirigentes do PS:

a) Para uma reunião do conselho de Estado;

b) Para uma reunião de dirigentes dos partidos com representação parlamentar.

6 — Tornamos claro que não daremos qualquer caução (nem directa nem indirecta) a uma política e a medidas que consideramos contrárias aos interesses do povo e do País.

7 — O PS e o PSD quem impor ao País uma maioria em que o eleitorado não votou e uma política que, em linhas essenciais, continuaria (se é que não agravaria) a política dos governos «AD».

Sendo assim, devem eles próprios tomar a responsabilidade dessa política seguindo as normas e os processos institucionais consagrados na Constituição da República.

8 — O PCP pela sua parte continuará a sua acção para que se criem condições para uma alternativa democrática que assegure a saída da crise, a solução dos graves problemas nacionais no quadro da Constituição, do regime democrático, da independência e soberania nacionais.

Delegação do POUP

A convite do Partido Comunista Português visitou Portugal de 22 a 27 de Maio uma delegação de estudo do Partido Operário Unificado Polaco sobre questões de organização do trabalho partidário.

A delegação do POUP era composta pelos camaradas Zenon Czech, primeiro Secretário do Comité Regional de Przemysl, Witold Gadomski, chefe-ajunto do Sector da Organização do Comité Central, Franciszek Banko, membro do Comité Central e Wladislaw Malik.

Durante a sua estadia em Portugal a delegação foi recebida pelo camarada Álvaro Cunhal, secretário-geral do PCP e encontrou-se com uma delegação do PCP composta por Blauqui Teixeira, membro da Comissão Política e do Secretariado, José Cavaco, membro suplente do Comité Central, Jorge Cordeiro do Executivo da DORL e Carlos Humberto do Executivo da DORS.

A delegação realizou vários encontros de trabalho a diversos níveis sobre questões de organização e contactou directamente com a actividade do PCP e a realidade portuguesa nos distritos de Lisboa, Setúbal e Beja. Designadamente, encontrou-se com uma delegação da Direcção da Organização Regional de Setúbal e visitou a empresa «Quimigal» no Barreiro, a UCP/Cooperativa «A Esquerda Vencerá» de Pias e as minas de Aljustrel, onde realizou encontros com as estruturas representativas dos trabalhadores e as organizações locais do PCP.

Esta visita da delegação do POUP a Portugal que se insere no quadro das fraternais relações de amizade, cooperação e solidariedade existentes entre o PCP e o POUP possibilitou um melhor conhecimento da experiência e actividade do PCP no domínio do trabalho de organização e úteis trocas de experiências e opiniões sobre questões de interesse recíproco.

Gonehismo

O título da pág. 4 do Suplemento desta edição do «Avante!» contém, conforme o leitor facilmente se aperceberá, uma gralha: o gonehismo é de *goneiha*, e não de *esquerda*, como aliás vem, correctamente, na capa. As nossas desculpas pela gralha, que até tem certa piada — como se gonehismo não houvesse só um, de direita e mais nenhum...

Álvaro Cunhal
na RTP/1
6.ª feira — 3 de Junho
tempo de antena do PCP
(a seguir ao Telejornal)

Arvid Pelche

Com 84 anos, faleceu em Moscovo o camarada Arvid Pelche, membro do Politburo do Partido Comunista da União Soviética, para o qual tinha sido eleito em 1966, sendo a data da sua morte o seu elemento mais idoso e mais antigo.

Natural da Letónia, Pelche descendia de uma família camponesa começando a trabalhar como operário aos 15 anos, altura em que adere ao Partido, nesse tempo na clandestinidade.

Companheiro de Lenine, o camarada Arvid Pelche desempenhou desde os primeiros anos da Revolução de Outubro importantes tarefas na organização do Estado Soviético.

Até 1929 ocupa funções no Exército Vermelho e em 1941 regressa à Letónia, que estava então sob ocupação nazi. Permanece naquela República até 1959, sendo entretanto eleito primeiro secretário do Partido Comunista Letão. Dois anos mais tarde é eleito para o CC do PCUS e cinco anos depois para o Politburo.

O camarada Arvid Pelche era detentor das mais elevadas condecorações da URSS, nomeadamente a «Ordem de Lenine» e a de «Herói do trabalho Socialista».

O Secretariado do Comité Central do PCP enviou ao Comité Central do Partido Comunista da União Soviética um telegrama em que se transmitem «as sentidas condolências e os sentimentos de fraternal solidariedade dos comunistas portugueses» pelo falecimento de Arvid Pelche, «destacada figura de revolucionário comunista», cuja vida «foi inteiramente dedicada aos ideais da Paz e do Socialismo».

Avante!
Proletários de todos os países: UNI-VOS!

O jornal dos trabalhadores da democracia e do socialismo

PROPRIEDADE: Partido Comunista Português. Rua Soares Pereira Gomes — 1699 Lisboa CODEX. Tel. 768345

DIRECÇÃO E REDACÇÃO: Rua Soares Pereira Gomes — 1699 Lisboa CODEX. Tel. 769725/769722

DISTRIBUIÇÃO: CDL Central Distribuidora Livreira, S.A.R.L. Serviços Centrais: Av. Santos Dumont, 57 - 2.º - 1000 Lisboa. Tel. 779828/779825/769751

Casa da Venda em Lisboa: Rua do Século, 80 - 1200 Lisboa Tel. 372238

Delegação do Norte: Centro Distribuidor do Norte: R. Miguel Bombarda, 578 - 4000 Porto. Tel. 665998

Centro Distribuidor de Coimbra: Rua 1.ª de Maio, 186, Pedreira - 3000 Coimbra Tel. 31286

Delegação do Sul: Centro Distribuidor de Évora: Alarcova de Baixo, 13 - 7000 Évora. Tel. 26361

Centro Distribuidor de Faro: Rua 1.ª de Dezembro, 23 - 8500 Faro. Tel. 24417

ASSINATURAS: Av. Santos Dumont, 57-2.º Esq.º - 1000 Lisboa. Tel. 779828

PUBLICIDADE CENTRAL: Av. Santos Dumont, 63-A - 1000 Lisboa. Tel. 776938/776750. Porto - Rua do Almada, 18-2.º Esq.º - 4000 Porto. Tel. 381067

EXPEDIÇÃO: R. João de Deus, 24 - Venda Nova - 2700 Amadora. Tel. 900044

Composto e impresso na Héska Portuguesa - R. Elias Garcia, 27 - Venda Nova - 2700 Amadora.

Depósito legal n.º 205/82

Tiragem do mês De Maio: 48 112

Assembleia da República

Assembleia entra em funcionamento primeiros projectos são do PCP

A Assembleia da República reuniu na passada terça-feira, pela primeira vez após as eleições do 25 de Abril, iniciando nova legislatura, a terceira. Fez-se demorar, e o PCP criticou oportunamente a demora, denunciando a responsabilidade dos partidos que se preparam para constituir a maioria no atraso da abertura dos trabalhos parlamentares. A primeira reunião dos deputados, entre os quais se notaram muitas caras novas, sobretudo nas bancadas do PS e do PSD, não decorreu em clima de festa.

Nem é caso disso. Pouco se alterou, apesar da derrota da anterior coligação no Poder, já que se prepara nova coligação para levar ao Governo o partido mais responsável pela política condenada nas urnas. Entretanto, o namoro e os preparativos do casamento do PS/PSD continuam nos bastidores. Como se, envergonhados, não conseguissem mostrar os seus afectos em público.

Assim, as coxias, marcavam de facto a separação entre os partidos representados na AR. No canto direito, o CDS onde raros deputados quiseram aparecer, monco caído e cara de poucos amigos. Depois o PPD, com Mota Pinto à frente. A seguir o PS, com Mário Soares passeante e sorridente. À esquerda o PCP. Carlos Brito, Veiga de Oliveira, Zita Seabra, Jerónimo de Sousa e Jorge Lemos ocuparam a primeira fila que agora, como a do CDS, se

situa após as obras no hemisfério, de tal modo que se acabam as «surpresas» nas votações, quando toda a gente aguardava, após a votação do PS e do PSD, qual seriam as posições do PCP e do CDS, cujas primeiras filas só se levantavam a seguir.

Novidades, poucas. Já toda a gente sabe que a UDP desapareceu, que os pequenos partidos da antiga FRS foram «devorados» pelo PS, que o PPM voltou às suas rendas velhas.

No grupo parlamentar do PCP, além de deputados conhecidos, vêem-se alguns novos e outros que voltam à AR depois de certa ausência. É o caso do camarada Carlos Carvalhas. Belchior Alves Pereira é um novo deputado por Beja. Ainda por aquele círculo, José Soeiro, que entretanto não é a primeira vez que se vê nas bancadas do PCP. Odele Filipe está pelo círculo de Lisboa. José Luis Judas foi substituído

pelo «Verde» Gonzalez, que concorreu pelas listas APU. Foram ainda substituídos no grupo comunista os camaradas Carlos Costa por Ilda Figueiredo; António Lopes, por José Manuel Mendes; e Ângelo Velloso por Gaspar Martins.

Mas as substituições que acabamos de referir apenas se efectuaram depois de ter reunido a Comissão de Regimento e Mandatos. Almeida Santos, indicado pelo partido mais votado, foi quem primeiro tomou a palavra na AR, propondo que a mesa cessante ocupasse o lugar da direcção dos trabalhos. Leonardo Ribeiro de Almeida presidiu assim a esta primeira reunião, propondo a votação da composição da referida Comissão, que incluiu 10 deputados do PS, 7 do PSD, 4 do PCP e 1 do MDP. Pelo PCP participaram os camaradas Veiga de Oliveira, José Manuel Maia, Jorge Lemos e João Amaral.

Após uma longa interrupção, a Comissão eleita mandou Montalvão Machado, do PSD, para a leitura do respectivo Relatório que foi aprovado por unanimidade. Os mandatos de todos os deputados tinham sido verificados, procedeu-se às substituições requeridas pelos partidos, nomeadamente as relacionadas com os eleitos

que são membros do Governo ainda em funções. Curiosamente, enquanto se forma uma nova maioria com o PS e o PPD, este último partido participa ainda, singularmente activo, num governo de braço dado com o CDS...

Mas a sessão não teria história, ou teria pouca (foi uma sessão que esgotou completamente a sua Ordem do Dia, o que é raro), se não fora a entrada na mesa, divulgada ao fim da manhã e confirmada no final pelo Presidente, de um conjunto de projectos de lei da autoria do Partido Comunista Português.

Sob os sorrisos amarelos do PS e do PSD — que se preparariam eles para legislar na matéria? —, foi lida a relação dos primeiros projectos a serem apresentados nesta legislatura. Trata-se, como refere uma nota divulgada à imprensa, de um conjunto de projectos de lei visando a defesa dos direitos dos trabalhadores, da Reforma Agrária, das justas reivindicações das populações em matéria municipal e dos direitos da mulher. Visam ainda dar resposta a problemas que afligem de maneira particular vastos sectores da sociedade portuguesa.

São eles (e já com a respectiva numeração):

1/3 — Projecto de lei de revogação dos tectos salariais;

2/3 — Projecto de lei de revogação da actual legislação relativa a contratos a prazo;

3/3 — Projecto de lei de medidas tendentes a pôr fim à legislação com base na qual tem vindo a ser roubado às UCP's/Cooperativas o directo à extração e comercialização da cortiça;

4/3 — Projecto de lei de criação do concelho de Vizela;

5/3 — Projecto de lei de defesa da maternidade;

6/3 — Projecto de lei sobre planeamento familiar e educação sexual;

7/3 — Projecto de lei sobre a legalização da interrupção voluntária da gravidez.

O facto de — esclarece a nota distribuída pelo Grupo Parlamentar do PCP aos jornalistas — tais iniciativas legislativas serem apresentadas logo na primeira reunião da III Legislatura da Assembleia da República, decorre, por um lado, da gravidade e urgência das situações que visa contemplar e, por outro, dos compromissos assumidos pelo PCP ao longo da campanha eleitoral.

Terra

UCP's e Cooperativas preparam VII Conferência

Mais de 300 trabalhadores debateram organização interna

Por iniciativa do Secretariado das UCP's/Cooperativas e do Sindicato dos Trabalhadores da Agricultura do distrito de Évora realizou-se na passada quinta-feira, no teatro Garcia de Resende, nesta cidade, um plenário de UCP's/Cooperativas e delegados sindicais. Promovido no âmbito dos trabalhos preparatórios da VII Conferência da Reforma Agrária, a realizar no próximo mês de Julho, este Encontro contou com a participação de trezentos trabalhadores que debateram questões de organização e vida interna das cooperativas, incluindo o sistema de remuneração e regalias sociais.

No decorrer do debate ficou patente a vontade dos trabalhadores agrícolas fortalecerem os seus laços e as suas cooperativas às respectivas organizações representativas, bem como de melhorar o sistema de remuneração, introduzindo estímulos que permitam aumentar os índices de produtividade.

Depois de efectuado um balanço da Reforma Agrária, os participantes concluíram que após seis anos de violenta ofensiva, aquela conquista tem sabido resistir, mantêm-se de pé, e dá mostras da sua vitalidade discutindo as suas próprias dificuldades e encontrando as formas de as ultrapassar.

As negociações em curso para a formação do novo governo e a participação do PPD/PSD no próximo executivo constituem também, na hora presente, motivo de preocupação para os trabalhadores agrícolas.

No seu entender, a presença do PSD no próximo governo significará inevitavelmente a continuação da política de desastre levada a cabo pela direita AD. O anúncio da possível nomeação de Vaz de Portugal para ministro da Agricultura, figura conhecida pela cobertura que deu a uma política de corrupção e de protecção dos grandes agrários, quando esteve à frente do MAP de parceria com João Goulão, mereceu o vivo repúdio de todos os presentes.

O plenário denunciou, por outro lado, as manobras que têm arrastado as negociações para a formação do governo, situação que agrava ainda mais a crise e as dificuldades

ocupação para os trabalhadores agrícolas.

Por iniciativa da Secretaria das UCP's/Cooperativas e do Sindicato dos Trabalhadores da Agricultura do distrito de Évora realizou-se na passada quinta-feira, no teatro Garcia de Resende, nesta cidade, um plenário de UCP's/Cooperativas e delegados sindicais. Promovido no âmbito dos trabalhos preparatórios da VII Conferência da Reforma Agrária, a realizar no próximo mês de Julho, este Encontro contou com a participação de trezentos trabalhadores que debateram questões de organização e vida interna das cooperativas, incluindo o sistema de remuneração e regalias sociais.

No decorrer do debate ficou patente a vontade dos trabalhadores agrícolas fortalecerem os seus laços e as suas cooperativas às respectivas organizações representativas, bem como de melhorar o sistema de remuneração, introduzindo estímulos que permitam aumentar os índices de produtividade.

Depois de efectuado um balanço da Reforma Agrária, os participantes concluíram que após seis anos de violenta ofensiva, aquela conquista tem sabido resistir, mantêm-se de pé, e dá mostras da sua vitalidade discutindo as suas próprias dificuldades e encontrando as formas de as ultrapassar.

As negociações em curso para a formação do novo governo e a participação do PPD/PSD no próximo executivo constituem também, na hora presente, motivo de preocupação para os trabalhadores agrícolas.

No seu entender, a presença do PSD no próximo governo significará inevitavelmente a continuação da política de desastre levada a cabo pela direita AD. O anúncio da possível nomeação de Vaz de Portugal para ministro da Agricultura, figura conhecida pela cobertura que deu a uma política de corrupção e de protecção dos grandes agrários, quando esteve à frente do MAP de parceria com João Goulão, mereceu o vivo repúdio de todos os presentes.

O plenário denunciou, por outro lado, as manobras que têm arrastado as negociações para a formação do governo, situação que agrava ainda mais a crise e as dificuldades

que o País atravessa e acusou o Governo demitido por nos últimos dias ter tomado medidas contra os trabalhadores e a favor do patronato, medidas essas que consideraram «legítimas e que deverão ser prontamente anuladas e rectificadas».

Perto do final dos trabalhos os presentes aprovaram uma moção onde se declara o empenho de todos os trabalhadores em aumentar a produção. Depois de manifestarem a sua vontade em «trabalhar as terras e a água, acabar com o desemprego, melhorar as condições de vida» os trabalhadores alertaram, no entanto, para o facto de que tal só será possível se o Governo satisfizer as seguintes condições: pôr fim à ofensiva e aos ata-

ques contra a Reforma Agrária; reposição de legalidade democrática com o cumprimento dos 170 acordãos do Supremo Tribunal Administrativo favoráveis aos trabalhadores; fim do cerco económico e financeiro à Reforma Agrária com uma política de apoio técnico, preços justos e crédito acessível; acerto de contas entre o Estado e as UCP's/Cooperativas; revogação da legislação publicada contra a Reforma Agrária, designadamente a lei roubo da cortiça; fim às terras abandonadas e ao desemprego; fim à corrupção e ao compadrio que reina no MACP e serviços regionais; e criação de um clima de estabilidade que permita aos trabalhadores e às UCP's produzirem em paz e segurança.

Por iniciativa da Secretaria das UCP's/Cooperativas e do Sindicato dos Trabalhadores da Agricultura do distrito de Évora realizou-se na passada quinta-feira, no teatro Garcia de Resende, nesta cidade, um plenário de UCP's/Cooperativas e delegados sindicais. Promovido no âmbito dos trabalhos preparatórios da VII Conferência da Reforma Agrária, a realizar no próximo mês de Julho, este Encontro contou com a participação de trezentos trabalhadores que debateram questões de organização e vida interna das cooperativas, incluindo o sistema de remuneração e regalias sociais.

No decorrer do debate ficou patente a vontade dos trabalhadores agrícolas fortalecerem os seus laços e as suas cooperativas às respectivas organizações representativas, bem como de melhorar o sistema de remuneração, introduzindo estímulos que permitam aumentar os índices de produtividade.

Depois de efectuado um balanço da Reforma Agrária, os participantes concluíram que após seis anos de violenta ofensiva, aquela conquista tem sabido resistir, mantêm-se de pé, e dá mostras da sua vitalidade discutindo as suas próprias dificuldades e encontrando as formas de as ultrapassar.

As negociações em curso para a formação do novo governo e a participação do PPD/PSD no próximo executivo constituem também, na hora presente, motivo de preocupação para os trabalhadores agrícolas.

No seu entender, a presença do PSD no próximo governo significará inevitavelmente a continuação da política de desastre levada a cabo pela direita AD. O anúncio da possível nomeação de Vaz de Portugal para ministro da Agricultura, figura conhecida pela cobertura que deu a uma política de corrupção e de protecção dos grandes agrários, quando esteve à frente do MAP de parceria com João Goulão, mereceu o vivo repúdio de todos os presentes.

O plenário denunciou, por outro lado, as manobras que têm arrastado as negociações para a formação do governo, situação que agrava ainda mais a crise e as dificuldades

que o País atravessa e acusou o Governo demitido por nos últimos dias ter tomado medidas contra os trabalhadores e a favor do patronato, medidas essas que consideraram «legítimas e que deverão ser prontamente anuladas e rectificadas».

Perto do final dos trabalhos os presentes aprovaram uma moção onde se declara o empenho de todos os trabalhadores em aumentar a produção. Depois de manifestarem a sua vontade em «trabalhar as terras e a água, acabar com o desemprego, melhorar as condições de vida» os trabalhadores alertaram, no entanto, para o facto de que tal só será possível se o Governo satisfizer as seguintes condições: pôr fim à ofensiva e aos ata-

ques contra a Reforma Agrária; reposição de legalidade democrática com o cumprimento dos 170 acordãos do Supremo Tribunal Administrativo favoráveis aos trabalhadores; fim do cerco económico e financeiro à Reforma Agrária com uma política de apoio técnico, preços justos e crédito acessível; acerto de contas entre o Estado e as UCP's/Cooperativas; revogação da legislação publicada contra a Reforma Agrária, designadamente a lei roubo da cortiça; fim às terras abandonadas e ao desemprego; fim à corrupção e ao compadrio que reina no MACP e serviços regionais; e criação de um clima de estabilidade que permita aos trabalhadores e às UCP's produzirem em paz e segurança.

Por iniciativa da Secretaria das UCP's/Cooperativas e do Sindicato dos Trabalhadores da Agricultura do distrito de Évora realizou-se na passada quinta-feira, no teatro Garcia de Resende, nesta cidade, um plenário de UCP's/Cooperativas e delegados sindicais. Promovido no âmbito dos trabalhos preparatórios da VII Conferência da Reforma Agrária, a realizar no próximo mês de Julho, este Encontro contou com a participação de trezentos trabalhadores que debateram questões de organização e vida interna das cooperativas, incluindo o sistema de remuneração e regalias sociais.

No decorrer do debate ficou patente a vontade dos trabalhadores agrícolas fortalecerem os seus laços e as suas cooperativas às respectivas organizações representativas, bem como de melhorar o sistema de remuneração, introduzindo estímulos que permitam aumentar os índices de produtividade.

Depois de efectuado um balanço da Reforma Agrária, os participantes concluíram que após seis anos de violenta ofensiva, aquela conquista tem sabido resistir, mantêm-se de pé, e dá mostras da sua vitalidade discutindo as suas próprias dificuldades e encontrando as formas de as ultrapassar.

As negociações em curso para a formação do novo governo e a participação do PPD/PSD no próximo executivo constituem também, na hora presente, motivo de preocupação para os trabalhadores agrícolas.

No seu entender, a presença do PSD no próximo governo significará inevitavelmente a continuação da política de desastre levada a cabo pela direita AD. O anúncio da possível nomeação de Vaz de Portugal para ministro da Agricultura, figura conhecida pela cobertura que deu a uma política de corrupção e de protecção dos grandes agrários, quando esteve à frente do MAP de parceria com João Goulão, mereceu o vivo repúdio de todos os presentes.

O plenário denunciou, por outro lado, as manobras que têm arrastado as negociações para a formação do governo, situação que agrava ainda mais a crise e as dificuldades

que o País atravessa e acusou o Governo demitido por nos últimos dias ter tomado medidas contra os trabalhadores e a favor do patronato, medidas essas que consideraram «legítimas e que deverão ser prontamente anuladas e rectificadas».

Perto do final dos trabalhos os presentes aprovaram uma moção onde se declara o empenho de todos os trabalhadores em aumentar a produção. Depois de manifestarem a sua vontade em «trabalhar as terras e a água, acabar com o desemprego, melhorar as condições de vida» os trabalhadores alertaram, no entanto, para o facto de que tal só será possível se o Governo satisfizer as seguintes condições: pôr fim à ofensiva e aos ata-

ques contra a Reforma Agrária; reposição de legalidade democrática com o cumprimento dos 170 acordãos do Supremo Tribunal Administrativo favoráveis aos trabalhadores; fim do cerco económico e financeiro à Reforma Agrária com uma política de apoio técnico, preços justos e crédito acessível; acerto de contas entre o Estado e as UCP's/Cooperativas; revogação da legislação publicada contra a Reforma Agrária, designadamente a lei roubo da cortiça; fim às terras abandonadas e ao desemprego; fim à corrupção e ao compadrio que reina no MACP e serviços regionais; e criação de um clima de estabilidade que permita aos trabalhadores e às UCP's produzirem em paz e segurança.

Por iniciativa da Secretaria das UCP's/Cooperativas e do Sindicato dos Trabalhadores da Agricultura do distrito de Évora realizou-se na passada quinta-feira, no teatro Garcia de Resende, nesta cidade, um plenário de UCP's/Cooperativas e delegados sindicais. Promovido no âmbito dos trabalhos preparatórios da VII Conferência da Reforma Agrária, a realizar no próximo mês de Julho, este Encontro contou com a participação de trezentos trabalhadores que debateram questões de organização e vida interna das cooperativas, incluindo o sistema de remuneração e regalias sociais.

No decorrer do debate ficou patente a vontade dos trabalhadores agrícolas fortalecerem os seus laços e as suas cooperativas às respectivas organizações representativas, bem como de melhorar o sistema de remuneração, introduzindo estímulos que permitam aumentar os índices de produtividade.

Depois de efectuado um balanço da Reforma Agrária, os participantes concluíram que após seis anos de violenta ofensiva, aquela conquista tem sabido resistir, mantêm-se de pé, e dá mostras da sua vitalidade discutindo as suas próprias dificuldades e encontrando as formas de as ultrapassar.

As negociações em curso para a formação do novo governo e a participação do PPD/PSD no próximo executivo constituem também, na hora presente, motivo de preocupação para os trabalhadores agrícolas.

No seu entender, a presença do PSD no próximo governo significará inevitavelmente a continuação da política de desastre levada a cabo pela direita AD. O anúncio da possível nomeação de Vaz de Portugal para ministro da Agricultura, figura conhecida pela cobertura que deu a uma política de corrupção e de protecção dos grandes agrários, quando esteve à frente do MAP de parceria com João Goulão, mereceu o vivo repúdio de todos os presentes.

O plenário denunciou, por outro lado, as manobras que têm arrastado as negociações para a formação do governo, situação que agrava ainda mais a crise e as dificuldades

que o País atravessa e acusou o Governo demitido por nos últimos dias ter tomado medidas contra os trabalhadores e a favor do patronato, medidas essas que consideraram «legítimas e que deverão ser prontamente anuladas e rectificadas».

Perto do final dos trabalhos os presentes aprovaram uma moção onde se declara o empenho de todos os trabalhadores em aumentar a produção. Depois de manifestarem a sua vontade em «trabalhar as terras e a água, acabar com o desemprego, melhorar as condições de vida» os trabalhadores alertaram, no entanto, para o facto de que tal só será possível se o Governo satisfizer as seguintes condições: pôr fim à ofensiva e aos ata-

ques contra a Reforma Agrária; reposição de legalidade democrática com o cumprimento dos 170 acordãos do Supremo Tribunal Administrativo favoráveis aos trabalhadores; fim do cerco económico e financeiro à Reforma Agrária com uma política de apoio técnico, preços justos e crédito acessível; acerto de contas entre o Estado e as UCP's/Cooperativas; revogação da legislação publicada contra a Reforma Agrária, designadamente a lei roubo da cortiça; fim às terras abandonadas e ao desemprego; fim à corrupção e ao compadrio que reina no MACP e serviços regionais; e criação de um clima de estabilidade que permita aos trabalhadores e às UCP's produzirem em paz e segurança.

Por iniciativa da Secretaria das UCP's/Cooperativas e do Sindicato dos Trabalhadores da Agricultura do distrito de Évora realizou-se na passada quinta-feira, no teatro Garcia de Resende, nesta cidade, um plenário de UCP's/Cooperativas e delegados sindicais. Promovido no âmbito dos trabalhos preparatórios da VII Conferência da Reforma Agrária, a realizar no próximo mês de Julho, este Encontro contou com a participação de trezentos trabalhadores que debateram questões de organização e vida interna das cooperativas, incluindo o sistema de remuneração e regalias sociais.

No decorrer do debate ficou patente a vontade dos trabalhadores agrícolas fortalecerem os seus laços e as suas cooperativas às respectivas organizações representativas, bem como de melhorar o sistema de remuneração, introduzindo estímulos que permitam aumentar os índices de produtividade.

Depois de efectuado um balanço da Reforma Agrária, os participantes concluíram que após seis anos de violenta ofensiva, aquela conquista tem sabido resistir, mantêm-se de pé, e dá mostras da sua vitalidade discutindo as suas próprias dificuldades e encontrando as formas de as ultrapassar.

As negociações em curso para a formação do novo governo e a participação do PPD/PSD no próximo executivo constituem também, na hora presente, motivo de preocupação para os trabalhadores agrícolas.

No seu entender, a presença do PSD no próximo governo significará inevitavelmente a continuação da política de desastre levada a cabo pela direita AD. O anúncio da possível nomeação de Vaz de Portugal para ministro da Agricultura, figura conhecida pela cobertura que deu a uma política de corrupção e de protecção dos grandes agrários, quando esteve à frente do MAP de parceria com João Goulão, mereceu o vivo repúdio de todos os presentes.

O plenário denunciou, por outro lado, as manobras que têm arrastado as negociações para a formação do governo, situação que agrava ainda mais a crise e as dificuldades

que o País atravessa e acusou o Governo demitido por nos últimos dias ter tomado medidas contra os trabalhadores e a favor do patronato, medidas essas que consideraram «legítimas e que deverão ser prontamente anuladas e rectificadas».

Perto do final dos trabalhos os presentes aprovaram uma moção onde se declara o empenho de todos os trabalhadores em aumentar a produção. Depois de manifestarem a sua vontade em «trabalhar as terras e a água, acabar com o desemprego, melhorar as condições de vida» os trabalhadores alertaram, no entanto, para o facto de que tal só será possível se o Governo satisfizer as seguintes condições: pôr fim à ofensiva e aos ata-

ques contra a Reforma Agrária; reposição de legalidade democrática com o cumprimento dos 170 acordãos do Supremo Tribunal Administrativo favoráveis aos trabalhadores; fim do cerco económico e financeiro à Reforma Agrária com uma política de apoio técnico, preços justos e crédito acessível; acerto de contas entre o Estado e as UCP's/Cooperativas; revogação da legislação publicada contra a Reforma Agrária, designadamente a lei roubo da cortiça; fim às terras abandonadas e ao desemprego; fim à corrupção e ao compadrio que reina no MACP e serviços regionais; e criação de um clima de estabilidade que permita aos trabalhadores e às UCP's produzirem em paz e segurança.

Por iniciativa da Secretaria das UCP's/Cooperativas e do Sindicato dos Trabalhadores da Agricultura do distrito de Évora realizou-se na passada quinta-feira, no teatro Garcia de Resende, nesta cidade, um plenário de UCP's/Cooperativas e delegados sindicais. Promovido no âmbito dos trabalhos preparatórios da VII Conferência da Reforma Agrária, a realizar no próximo mês de Julho, este Encontro contou com a participação de trezentos trabalhadores que debateram questões de organização e vida interna das cooperativas, incluindo o sistema de remuneração e regalias sociais.

No decorrer do debate ficou patente a vontade dos trabalhadores agrícolas fortalecerem os seus laços e as suas cooperativas às respectivas organizações representativas, bem como de melhorar o sistema de remuneração, introduzindo estímulos que permitam aumentar os índices de produtividade.

Depois de efectuado um balanço da Reforma Agrária, os participantes concluíram que após seis anos de violenta ofensiva, aquela conquista tem sabido resistir, mantêm-se de pé, e dá mostras da sua vitalidade discutindo as suas próprias dificuldades e encontrando as formas de as ultrapassar.

As negociações em curso para a formação do novo governo e a participação do PPD/PSD no próximo executivo constituem também, na hora presente, motivo de preocupação para os trabalhadores agrícolas.

No seu entender, a presença do PSD no próximo governo significará inevitavelmente a continuação da política de desastre levada a cabo pela direita AD. O anúncio da possível nomeação de Vaz de Portugal para ministro da Agricultura, figura conhecida pela cobertura que deu a uma política de corrupção e de protecção dos grandes agrários, quando esteve à frente do MAP de parceria com João Goulão, mereceu o vivo repúdio de todos os presentes.

O plenário denunciou, por outro lado, as manobras que têm arrastado as negociações para a formação do governo, situação que agrava ainda mais a crise e as dificuldades

que o País atravessa e acusou o Governo demitido por nos últimos dias ter tomado medidas contra os trabalhadores e a favor do patronato, medidas essas que consideraram «legítimas e que deverão ser prontamente anuladas e rectificadas».

Perto do final dos trabalhos os presentes aprovaram uma moção onde se declara o empenho de todos os trabalhadores em aumentar a produção. Depois de manifestarem a sua vontade em «trabalhar as terras e a água, acabar com o desemprego, melhorar as condições de vida» os trabalhadores alertaram, no entanto, para o facto de que tal só será possível se o Governo satisfizer as seguintes condições: pôr fim à ofensiva e aos ata-

ques contra a Reforma Agrária; reposição de legalidade democrática com o cumprimento dos 170 acordãos do Supremo Tribunal Administrativo favoráveis aos trabalhadores; fim do cerco económico e financeiro à Reforma Agrária com uma política de apoio técnico, preços justos e crédito acessível; acerto de contas entre o Estado e as UCP's/Cooperativas; revogação da legislação publicada contra a Reforma Agrária, designadamente a lei roubo da cortiça; fim às terras abandonadas e ao desemprego; fim à corrupção e ao compadrio que reina no MACP e serviços regionais; e criação de um clima de estabilidade que permita aos trabalhadores e às UCP's produzirem em paz e segurança.

Por iniciativa da Secretaria das UCP's/Cooperativas e do Sindicato dos Trabalhadores da Agricultura do distrito de Évora realizou-se na passada quinta-feira, no teatro Garcia de Resende, nesta cidade, um plenário de UCP's/Cooperativas e delegados sindicais. Promovido no âmbito dos trabalhos preparatórios da VII Conferência da Reforma Agrária, a realizar no próximo mês de Julho, este Encontro contou com a participação de trezentos trabalhadores que debateram questões de organização e vida interna das cooperativas, incluindo o sistema de remuneração e regalias sociais.

No decorrer do debate ficou patente a vontade dos trabalhadores agrícolas fortalecerem os seus laços e as suas cooperativas às respectivas organizações representativas, bem como de melhorar o sistema de remuneração, introduzindo estímulos que permitam aumentar os índices de produtividade.

Depois de efectuado um balanço da Reforma Agrária, os participantes concluíram que após seis anos de violenta ofensiva, aquela conquista tem sabido resistir, mantêm-se de pé, e dá mostras da sua vitalidade discutindo as suas próprias dificuldades e encontrando as formas de as ultrapassar.

As negociações em curso para a formação do novo governo e a participação do PPD/PSD no próximo executivo constituem também, na hora presente, motivo de preocupação para os trabalhadores agrícolas.

No seu entender, a presença do PSD no próximo governo significará inevitavelmente a continuação da política de desastre levada a cabo pela direita AD. O anúncio da possível nomeação de Vaz de Portugal para ministro da Agricultura, figura conhecida pela cobertura que deu a uma política de corrupção e de protecção dos grandes agrários, quando esteve à frente do MAP de parceria com João Goulão, mereceu o vivo repúdio de todos os presentes.

O plenário denunciou, por outro lado, as manobras que têm arrastado as negociações para a formação do governo, situação que agrava ainda mais a crise e as dificuldades

que o País atravessa e acusou o Governo demitido por nos últimos dias ter tomado medidas contra os trabalhadores e a favor do patronato, medidas essas que consideraram «legítimas e que deverão ser prontamente anuladas e rectificadas».

Perto do final dos trabalhos os presentes aprovaram uma moção onde se declara o empenho de todos os trabalhadores em aumentar a produção. Depois de manifestarem a sua vontade em «trabalhar as terras e a água, acabar com o desemprego, melhorar as condições de vida» os trabalhadores alertaram, no entanto, para o facto de que tal só será possível se o Governo satisfizer as seguintes condições: pôr fim à ofensiva e aos ata-

ques contra a Reforma Agrária; reposição de legalidade democrática com o cumprimento dos 170 acordãos do Supremo Tribunal Administrativo favoráveis aos trabalhadores; fim do cerco económico e financeiro à Reforma Agrária com uma política de apoio técnico, preços justos e crédito acessível; acerto de contas entre o Estado e as UCP's/Cooperativas; revogação da legislação publicada contra a Reforma Agrária, designadamente a lei roubo da cortiça; fim às terras abandonadas e ao desemprego; fim à corrupção e ao compadrio que reina no MACP e serviços regionais; e criação de um clima de estabilidade que permita aos trabalhadores e às UCP's produzirem em paz e segurança.

Por iniciativa da Secretaria das UCP's/Cooperativas e do Sindicato dos Trabalhadores da Agricultura do distrito de Évora realizou-se na passada quinta-feira, no teatro Garcia de Resende, nesta cidade, um plenário de UCP's/Cooperativas e delegados sindicais. Promovido no âmbito dos trabalhos preparatórios da VII Conferência da Reforma Agrária, a realizar no próximo mês de Julho, este Encontro contou com a participação de trezentos trabalhadores que debateram questões de organização e vida interna das cooperativas, incluindo o sistema de remuneração e regalias sociais.

No decorrer do debate ficou patente a vontade dos trabalhadores agrícolas fortalecerem os seus laços e as suas cooperativas às respectivas organizações representativas, bem como de melhorar o sistema de remuneração, introduzindo estímulos que permitam aumentar os índices de produtividade.

Depois de efectuado um balanço da Reforma Agrária, os participantes concluíram que após seis anos de violenta ofensiva, aquela conquista tem sabido resistir, mantêm-se de pé, e dá mostras da sua vitalidade discutindo as suas próprias dificuldades e encontrando as formas de as ultrapassar.

As negociações em curso para a formação do novo governo e a participação do PPD/PSD no próximo executivo constituem também, na hora presente, motivo de preocupação para os trabalhadores agrícolas.

No seu entender, a presença do PSD no próximo governo significará inevitavelmente a continuação da política de desastre levada a cabo pela direita AD. O anúncio da possível nomeação de Vaz de Portugal para ministro da Agricultura, figura conhecida pela cobertura que deu a uma política de corrupção e de protecção dos grandes agrários, quando esteve à frente do MAP de parceria com João Goulão, mereceu o vivo repúdio de todos os presentes.

O plenário denunciou, por outro lado, as manobras que têm arrastado as negociações para a formação do governo, situação que agrava ainda mais a crise e as dificuldades

que o País atravessa e acusou o Governo demitido por nos últimos dias ter tomado medidas contra os trabalhadores e a favor do patronato, medidas essas que consideraram «legítimas e que deverão ser prontamente anuladas e rectificadas».

Perto do final dos trabalhos os presentes aprovaram uma moção onde se declara o empenho de todos os trabalhadores em aumentar a produção. Depois de manifestarem a sua vontade em «trabalhar as terras e a água, acabar com o desemprego, melhorar as condições de vida» os trabalhadores alertaram, no entanto, para o facto de que tal só será possível se o Governo satisfizer as seguintes condições: pôr fim à ofensiva e aos ata-

ques contra a Reforma Agrária; reposição de legalidade democrática com o cumprimento dos 170 acordãos do Supremo Tribunal Administrativo favoráveis aos trabalhadores; fim do cerco económico e financeiro à Reforma Agrária com uma política de apoio técnico, preços justos e crédito acessível; acerto de contas entre o Estado e as UCP's/Cooperativas; revogação da legislação publicada contra a Reforma Agrária, designadamente a lei roubo da cortiça; fim às terras abandonadas e ao desemprego; fim à corrupção e ao compadrio que reina no MACP e serviços regionais; e criação de um clima de estabilidade que permita aos trabalhadores e às UCP's produzirem em paz e segurança.

Por iniciativa da Secretaria das UCP's/Cooperativas e do Sindicato dos Trabalhadores da Agricultura do distrito de Évora realizou-se na passada quinta-feira, no teatro Garcia de Resende, nesta cidade, um plenário de UCP's/Cooperativas e delegados sindicais. Promovido no âmbito dos trabalhos preparatórios da VII Conferência da Reforma Agrária, a realizar no próximo mês de Julho, este Encontro contou com a participação de trezentos trabalhadores que debateram questões de organização e vida interna das cooperativas, incluindo o sistema de remuneração e regalias sociais.

No decorrer do debate ficou patente a vontade dos trabalhadores agrícolas fortalecerem os seus laços e as suas cooperativas às respectivas organizações representativas, bem como de melhorar o sistema de remuneração, introduzindo estímulos que permitam aumentar os índices de produtividade.

Depois de efectuado um balanço da Reforma Agrária, os participantes concluíram que após seis anos de violenta ofensiva, aquela conquista tem sabido resistir, mantêm-se de pé, e dá mostras da sua vitalidade discutindo as suas próprias dificuldades e encontrando as formas de as ultrapassar.

As negociações em curso para a formação do novo governo e a participação do PPD/PSD no próximo executivo constituem também, na hora presente, motivo de preocupação para os trabalhadores agrícolas.

No seu entender, a presença do PSD no próximo governo significará inevitavelmente a continuação da política de desastre levada a cabo pela direita AD. O anúncio da possível nomeação de Vaz de Portugal para ministro da Agricultura, figura conhecida pela cobertura que deu a uma política de corrupção e de protecção dos grandes agrários, quando esteve à frente do MAP de parceria com João Goulão, mereceu o vivo repúdio de todos os presentes.

O plenário denunciou, por outro lado, as manobras que têm arrastado as negociações para a formação do governo, situação que agrava ainda mais a crise e as dificuldades

que o País atravessa e acusou o Governo demitido por nos últimos dias ter tomado medidas contra os trabalhadores e a favor do patronato, medidas essas que consideraram «legítimas e que deverão ser prontamente anuladas e rectificadas».

Perto do final dos trabalhos os presentes aprovaram uma moção onde se declara o empenho de todos os trabalhadores em aumentar a produção. Depois de manifestarem a sua vontade em «trabalhar as terras e a água, acabar com o desemprego, melhorar as condições de vida» os trabalhadores alertaram, no entanto, para o facto de que tal só será possível se o Governo satisfizer as seguintes condições: pôr fim à ofensiva e aos ata-

ques contra a Reforma Agrária; reposição de legalidade democrática com o cumprimento dos 170 acordãos do Supremo Tribunal Administrativo favoráveis aos trabalhadores; fim do cerco económico e financeiro à Reforma Agrária com uma política de apoio técnico, preços justos e crédito acessível; acerto de contas entre o Estado e as UCP's/Cooperativas; revogação da legislação publicada contra a Reforma Agrária, designadamente a lei roubo da cortiça; fim às terras abandonadas e ao desemprego; fim à corrupção e ao compadrio que reina no MACP e serviços regionais; e criação de um clima de estabilidade que permita aos trabalhadores e às UCP's produzirem em paz e segurança.

PCP

Convívio popular em A-da-Beja

«Vem passar um dia alegre conosco» — o convite, dirigido a todos, aqui fica. Vem dos comunistas do CT da Pontinha (Lisboa) e propõe um convívio já para o próximo domingo, dia 5, no Parque da Fonte das Avenças, em A-da-Beja.



Trata-se dum «pic-nic» onde não faltarão «boas águas, boa pinga, e bom bailarico abrihantado pelo conjunto «Camaradas».

Participa! E atenção ao farnel...

Sessão-debate no CT de Alfama

O camarada Carlos Brito, membro da Comissão Política do CC do PCP, participa numa sessão-debate, na próxima segunda-feira, dia 6 de Junho, às 19 horas, no Centro de Trabalho de Alfama, em Lisboa.

A sessão é organizada pelo sector da Função Pública, mas aberta a todos os interessados.

Fundos para o CT de Vila do Bispo

Concurso de pesca desportiva a 10 de Julho

Com o objectivo de recolher fundos para a aquisição de um Centro de Trabalho, os comunistas de Vila do Bispo, no Algarve, estão a preparar uma grande jornada de convívio para o dia 10 de Julho, na qual se incluirá um concurso de pesca desportiva entre Sagres e Aljezur.

Além da pesca desportiva, motivo que irá certamente mobilizar o interesse e a participação de concorrentes oriundos de vários pontos do País, a iniciativa dos camaradas de Vila do Bispo constitui uma proposta aberta a todos, para um dia bem passado, em franca confraternização, e onde não falta-

rá uma tarde cultural com espectáculo, antecedido dum alegre pic-nic nos eucaliptos junto ao campo de futebol de Vila do Bispo.

Estarão presentes os camaradas Carlos Brito, membro da Comissão Política do Comité Central e deputado pelo Algarve na Assembleia da República; e Rosado Spínola, presidente da Câmara Municipal de Vila do Bispo.

O peixe capturado será vendido em leilão. Aos concorrentes mais pontuados serão distribuídas taças e medalhas. Brevemente contamos dar mais pormenores sobre a iniciativa.

ABERTO A TODOS OS PRATICANTES DE PESCA DESPORTIVA HAVERÁ PRÉMIOS PARA OS MELHORES CLASSIFICADOS.

AS INSCRIÇÕES PODERÃO SER FEITAS NO C.T. DO P.C.P. DE SALVATERRA DE MAGOS.

CADA INSCRIÇÃO - 200\$00

COM DIREITO AO ALMOÇO A REALIZAR NO CELEIRO DOS BOMBEIROS

Atenção pescadores!

Atenção pescadores! No próximo dia 12 de Junho, realiza-se um concurso de pesca individual em Paúl de Magos (Salvaterra).

Este concurso é aberto a todos os interessados. Haverá prémios para os melhores classificados. As inscrições funcionam no Centro de Trabalho do PCP em Salvaterra de Magos (telefone: 54490). Cada inscrição terá o preço de 200\$00, com direito ao almoço no celeiro dos Bombeiros. A iniciativa é da Comissão Concelhia de Salvaterra de Magos do PCP.

Carlos Costa na Bulgária

A convite do Comité Central do Partido Comunista Búlgaro, visitou a Bulgária de 23 a 27 de Maio, Carlos Costa, membro da Comissão Política e do Secretariado do CC do PCP.

No encontro realizado com Dimitar Stanischev, Secretário do CC do PCB, foram trocadas informações e opiniões sobre problemas ac-

tuais da actividade de ambos os partidos e sobre a situação internacional, tendo sido manifestado o desejo mútuo de desenvolvimento e aprofundamento das relações de amizade, cooperação e solidariedade fraternais entre o PCB e o PCP, na base dos princípios do marxismo-leninismo e do internacionalismo proletário.

Obras no CT de Oeiras

Já vai em mais de 900 horas de trabalho a reparação do Centro de Trabalho do PCP de Oeiras, incluindo a sua pintura. No próximo fim-de-semana estes trabalhos vão continuar, estando também a ser organizada uma monumental sardinhada. As inscrições funcionam no CT e a organização lança desde já um apelo à participação dos camaradas residentes na zona de Oeiras nesta jornada de trabalho (e convívio com boa sardinha assada!).

Convívio na Quarteira

As organizações concelhias do PCP e da JCP de Loulé levam a efeito hoje, a partir das 9 e 30, uma jornada de convívio na foz do rio Almagem, na Quarteira.

Do programa constam, além dum piquenique, várias actividades desportivas (futebol, atletismo, jogos populares), cantigas e baile. Um camarada da DORL fará uma breve intervenção sobre a situação política.

Festas do PCP: aquele abraço!

Marinha Grande Festa-83 começa amanhã

Venda de produtos agrícolas no sábado

Por iniciativa da Comissão Concelhia do PCP da Marinha Grande, vai realizar-se durante três dias — de amanhã até domingo — a Festa-83, jornada de convívio popular recheada de múltiplos motivos de interesse.

Da música para dançar aos jogos populares, passando pelas actividades desportivas e recreativas, de tudo um pouco haverá na Festa-83, uma festa que também não esqueceu nem os agricultores nem as donas de casa. No 2.º dia, sábado, haverá durante a manhã um mercado para venda de produtos agrícolas, especial-

mente com feijão verde, tomate, morango, couves, maçã, cenoura, batata, grão e azeite.

Mas vejamos o programa geral da Festa-83:

Amanhã — abertura às 19 horas (bar, quermesse, jogos populares, restaurante e stand de vendas); 21 e 30, espectáculo com José Viana e Dora Leal; à noite, música para dançar, com participação do grupo "Arte e Manhas".

Sábado — mercado dos agricultores da região (distrito de Leiria); tarde infantil (filmes, exibição da classe de ginástica

de "Ordem" e do rancho infantil das Figueiras, palhaços, surpresas) às 21 e 30, baile animado pelo conjunto "Nova Mente"; 22 horas, noite de cinema.

Domingo — 9 horas, ciclismo para amadores; 12 horas, abertura do restaurante; 16 horas, variedades com Carlos Raimundo e grupo de danças "Stars" (também estará presente o par vencedor do concurso de dança de Rio Maior); 21 e 30, baile com a banda "Arte e Manhas"; 22 horas, noite de cinema.

Almada Festa da Unidade no Alto das Barrocas

Uma das maiores realizações culturais e artísticas do concelho de Almada, a tradicional Festa da Amizade, abre amanhã as suas portas, no Alto das Barrocas, Cova da Piedade, com um programa rico e variado que vai certamente agradar aos numerosos visitantes.

Ponto alto da Festa, os espectáculos serão preenchidos com actuações de artistas já consagrados pelo público e também de artistas e grupos que embora não tenham ainda nome firmado já são garantia de qualidade.

Paulo de Carvalho, Carlos Mendes, António Vitorino de Almeida e os grupos Trovante e Roquívários contam-se entre os participantes na Festa da Amizade, que este ano contará

também com o talento de Julian del Vale.

Os apreciadores do jazz terão oportunidade de apreciar Rão Kyo, músico que dispensa apresentações.

Henriqueta Maia, o grupo de teatro Praça Pública, um grupo de dança moderna («Pozzan») e o grupo de fado Vozes de Abril também darão o seu contributo nos espectáculos da Festa.

Mas nem só de música viverá o grande convívio popular do Alto das Barrocas. O debate e o esclarecimento têm espaço marcado no auditório, onde decorrerão colóquios sobre temas de viva actualidade.

Destaque também para as exposições sobre as lutas dos trabalhadores no concelho de Almada, sobre a grande bata-

lha mundial a favor da Paz, contra os perigos da guerra e sobre o centenário de Karl Marx.

Iniciativas de carácter recreativo, os arraiais populares, os «comes-e-bebes», os stands, a presença da juventude e das várias organizações do PCP no concelho serão igualmente temas da Festa da Amizade, uma jornada que tem já fortes tradições entre a população almadense e cuja realização — desde o trabalho de implantação à elaboração do vasto programa — resulta do esforço e do empenhamento dos comunistas daquele concelho.

No domingo, às 18 horas, haverá o comício da Festa, com Carlos Brito, membro da Comissão Política do CC.

ORGANIZAÇÃO DA 4.ª ZONA (C.L.L. DO PCP)

11 e 12 de Junho 83

COMICIO

JAIME FÉLIX

Prçoço Paiva Couceiro

4.ª Zona

No fim-de-semana de 11 e 12 de Junho vai realizar-se na Praça Paiva Couceiro, ao Alto da S. João, a tradicional Festa do Futuro, iniciativa da organização da 4.ª Zona do Comité Local de Lisboa do PCP. O convívio popular, as canções, a presença da juventude, o encontro da amizade — voltam ao Jardim da Paiva Couceiro. O camarada Jaime Félix, do Secretariado do Comité Central, intervirá no comício da Festa. No próximo «Avante!» daremos mais pormenores sobre a iniciativa.

Na Amadora

Por iniciativa da Comissão Concelhia da Amadora do PCP vai realizar-se nos próximos dias 1, 2 e 3 de Julho mais uma edição da Festa da Unidade.

Afirmando-se como uma grande jornada popular, já com tradições no concelho, a Festa decorrerá no campo de jogos da Damaia de Balxo e do seu vasto programa destaca-se a realização de uma manhã infantil, uma

«grande noite de fado», uma tarde de folclore com ranchos e grupos corais, a actuação de vários grupos «rock» e um baile.

A parte política e cultural será assinalada com a grande comício e com a realização de colóquios e a projecção de filmes, prevendo-se igualmente que uma grande exposição esteja patente ao público durante os três dias de Festa.

Festa dos vestidos de chita em Volta do Vale

Nos próximos dias 4 e 5, já neste fim-de-semana, Volta do Vale vai estar em festa.

É a «Festa dos Vestidos de Chita» e tem o seguinte programa: no sábado, às 10 e 30, alvorada e abertura da quermesse, seguindo-se uma manhã desportiva; às 15 horas, futebol entre as equipas de seniores de Volta do Vale e Santa Justa; às 21 e 30, baile até de madrugada com o conjunto

«Turbo». No domingo, às 9 horas, recomeço da actividade desportiva; às 13 h., almoço-convívio (não esquecer de levar farnel!); 15 h., exibição do rancho folclórico da Erra; 16 h., desfile dos vestidos de chita; 17 h., entrega dos prémios às vencedoras; às 18 h., comício de encerramento com a camarada Margarida Tengarrinha, do CC do PCP.

1, 2 e 3 de Julho Festa da Alegria



1, 2 e 3 de Julho, Parque Municipal de Exposições da cidade de Braga — aqui decorrerá mais uma edição da tradicional

Festa da Alegria, iniciativa organizada pela Direcção Regional do Minho do PCP. Brevemente divulgaremos o extenso programa

artístico e cultural. Entretanto, uma novidade: será editada uma medalha comemorativa da 6.ª Festa da Alegria.

Região Autónoma dos Açores

«Diálogos com o PCP» de 15 a 19 deste mês em 4 ilhas açorianas

A Organização da Região Autónoma dos Açores do PCP promove de 15 a 19 de Junho uma iniciativa regional intitulada «Diálogos com o PCP» — Açores.

Num encontro com os órgãos de comunicação social realizado na passada segunda-feira, dia 30 de Maio, no Centro de Trabalho da Horta, no qual estiveram presentes membros do secretariado da DORAA e a comissão organizadora regional dos «Diálogos», foram tornados públicos os objectivos da iniciativa bem como o conjunto de razões fundamentais que estiveram na base da resolução a levar a cabo.

Assim e conforme foi revelado, os «Diálogos com o PCP» serão uma forma de permitir que os comunistas açorianos exponham publicamente os seus pontos de vista sobre diversos temas de interesse político, económico e cultural, e de fomentar a discussão pública das soluções que o PCP pro-

põe para esses mesmos problemas e que visam a defesa eficaz dos interesses das classes e camadas laboriosas da população.

Os «Diálogos com o PCP» serão, fundamentalmente, um espaço de diálogo aberto a todos os cidadãos interessados, independentemente das suas opções ideológicas ou filiação partidária, e uma forma concreta de motivar a participação das populações na vida política e de aproximação destas a importantes temas culturais numa região onde o poder estabelecido não fomenta, antes restringe, essa mesma participação colectiva, numa região, onde a vida político-partidária não está dignificada devido à prática distorcida exercida pela força política ainda dominante.

Os «Diálogos com o PCP» serão, ainda, uma oportunidade privilegiada para diversas personalidades nacionais ligadas à cultura e à política poderem tomar contacto com a rea-

lidade açoriana, poderem veicular a sua mensagem e a sua experiência e poderem dialogar, de forma aberta, com os cidadãos destas ilhas.

Esta importante e arrojada iniciativa da organização da Região Autónoma dos Açores do PCP terá o seu pólo central no Teatro Faialense, na cidade da Horta, realizando-se também acções diversas nas Ilhas de S. Miguel, Terceira, e Pico, sendo, constituída essencialmente por um conjunto de colóquios e sessões enriquecidas com diversas manifestações culturais e de convívio.

Desde a actualidade política nacional e regional, passando pelo desporto, economia, música, literatura, autonomia e constituição, cinema, Poder Local e democracia é todo um conjunto de temas que visam introduzir nos debates a dimensão necessária para que se possam equacionar com correcção os problemas da Região Autónoma dos Açores.

Festa do Povo em Carnide

Comício de encerramento com Octávio Pato

A 5.ª Zona do Comité Local de Lisboa do PCP promove no próximo fim-de-semana a Festa anual desta Organização do Partido — a Festa do Povo — que este ano se realiza na freguesia de Carnide, onde a APU foi a força mais votada nas últimas eleições autárquicas.

No sábado a Festa começa às 9 e 30 da manhã no Jardim da Luz, onde se concentrarão todos os voluntários para a

Jornada de Trabalho Popular para resolver alguns dos problemas dos moradores de Carnide. Daí se partirá para obras de reparação de casas do Bairro da Horta Nova e arranjos finais no Jardim Infantil do Bairro Padre Cruz, construído com verbas da AECOD — Associação de Eleitos Comunistas e outros Democratas.

À noite, no Largo das Pimentas, próximo da Junta de

Freguesia, haverá espectáculo especialmente destinado aos jovens. A partir das 22 horas, «Fado Castiço» com concurso de Fado Amador.

No domingo, dia 5, no mesmo local, a partir das 10 horas, manhã infantil e à tarde espectáculo e jogos.

As 18 e 30, a Festa encerra com comício, em que intervirá o camarada Octávio Pato, da Comissão Política e do Secretariado do CC do Partido.

Juventude

Acampamento no Furadouro

Iniciativa de apoio ao Festival de Tróia

Decorrerá nos próximos dias 10, 11 e 12 de Junho um Acampamento pela Paz, no Furadouro, em Ovar.

Esta iniciativa organizada pela Juventude Comunista Portuguesa do distrito de Aveiro insere-se na preparação e apoio que se está a dar ao Festival Internacional «Dêem Uma Oportunidade à PAZ» a realizar em fins de Julho, em Tróia.

Durante o Acampamento do Furadouro, além do convívio, haverá filmes, fogo de campo, música e actividades desportivas.

Esta iniciativa terá lugar no mesmo local onde há vários anos a JCP leva a efeito este acampamento juvenil.

Sábado em Moscaide Rock pela Paz

Espectáculo aguardado com especial entusiasmo por muitos jovens das zonas de Lisboa e Loures, o concerto «Rock pela Paz» realiza-se já no próximo sábado, no pavilhão do Atlético de Moscaide, a partir das 21 horas, iniciativa das organizações da Juventude Comunista Portuguesa do distrito de Lisboa.

Participam os grupos Roquívários e Abismo. Os bilhetes estão à venda na sede central da JCP, na Rua Sousa Martins, 8, em Lisboa e nos Centros de Trabalho do PCP.

Saliente-se que este espectáculo se enquadra na divulgação do Festival Internacional «Dêem uma oportunidade à Paz», a realizar em Julho, na praia do Carvalhal, na península de Tróia. A JCP foi uma das organizações que deu o seu apoio à realização dessa grande jornada da juventude em defesa da paz.



Eleições na Universidade

Direita a perder terreno

«As eleições associativas concluídas na última semana confirmaram a quebra da influência da direita estudantil no movimento associativo e a força da corrente unitária na Academia de Lisboa» — assinala a Juventude Comunista Portuguesa em nota divulgada pelo seu gabinete de Imprensa.

Após a análise dos resultados eleitorais registados em vários estabelecimentos de ensino superior de Lisboa, a JCP conclui: «Um dado importante a anotar nestas eleições é a tentativa frustrada de realizar o «bloco central» na Universidade» — casos do ISE e ISCTE — «com elevados custos eleitorais para a JS».

Ciências

Nas eleições para a Associação de Estudantes da Faculdade de Ciências, a JSD foi finalmente arredada dum direcção que ocupava há vários anos. Saiu vencedora uma lista («S») de unidade associativa com a participação de estudantes comunistas. Resultados: 551 votos na lista unitária contra 471 da lista da direita.

ISE

Com 512 votos, uma lista unitária venceu também as recentes eleições associativas no ISE — Instituto Superior de Economia. O dado mais saliente deste acto eleitoral, foi a grande queda da Juventude Socialista, que perdeu quase 50 por cento do seu eleitorado, obtendo apenas 129 votos.

Direito

As grandes esperanças da JSD não se concretizaram na Faculdade de Direito de Lisboa, que recusou frontalmente as pretensões da direita que perdeu cerca de 300 votos. Venceu a lista dinamizada pela Juventude Socialista.

ISCTE

Nos próximos dias 7 e 8 decorrerá a 2.ª volta das eleições associativas no Instituto Superior de Ciências do Trabalho e de Empresa. Chegaram à 2.ª volta uma lista de unidade democrática («Z») e uma lista de direita («L»). A candidatura da JS sofreu uma grande quebra eleitoral na 1.ª volta, tendo-se visto excluída do próximo acto eleitoral.

PCP

IV Bienal de Artes Plásticas da Festa do «Avante!» anunciada ontem em Lisboa

«Antes de mais, um múltiplo lugar de encontro» — esta é a grande característica da 4.ª Bienal de Artes Plásticas da Festa do «Avante!», iniciativa anunciada ontem aos meios de Comunicação Social em conferência de Imprensa realizada em Lisboa. No encontro com os jornalistas estiveram presentes o camarada Carlos Aboim Inglês e vários artistas da Comissão de Patrocínio e da Comissão Executiva da Bienal.

Na apresentação feita por Aboim Inglês, depois de se referir que «a Bienal de Artes Plásticas da Festa do «Avante!», iniciada em 1977, e que tem este ano a sua 4.ª edição, criou desde o início um espaço próprio, impar entre as manifestações da vida artística nacional», define-se o perfil desta importante iniciativa cultural no âmbito do grande acontecimento do Alto da Ajuda: «Num contexto de festa colectiva, propiciador de uma comunhão humana intensamente vivida, a Bienal da Festa do «Avante!», é antes de mais um múltiplo lugar de encontro.

«Encontro entre dezenas, centenas de milhares de pessoas das mais variadas origens, vivências quotidianas, experiências culturais, muitas inclusive estranhas até ao convívio com a arte, e que a Festa ocorrem de todo o País — e as obras de arte criadas

por dezenas, centenas de artistas das mais variadas formações, escolas, tendências e linguagens estéticas, que na Bienal expõem as suas criações. Encontro igualmente entre os próprios artistas, nesta Bienal libertos da preocupação de preencher mais um parágrafo nos seus currículos, antes abertos ao prazer da confraternização entre camaradas do mesmo ofício e ao diálogo com um público que, de tão amplo, usualmente escapa aos mecanismos instituídos da exposição normal das suas obras.»

Iniciativa aguardada com particular entusiasmo, aliás correspondente ao êxito das três edições anteriores, a Bienal da Festa «é também um favorável momento de descoberta, onde horizontes se rasgam, se questionam dúvidas e certezas, se despertam sentidos, se amplia a comunicabilidade entre os homens, se enriquecem as

personalidades e se contribui, assim, para uma crescente plenitude vital».

Continuar e melhorar

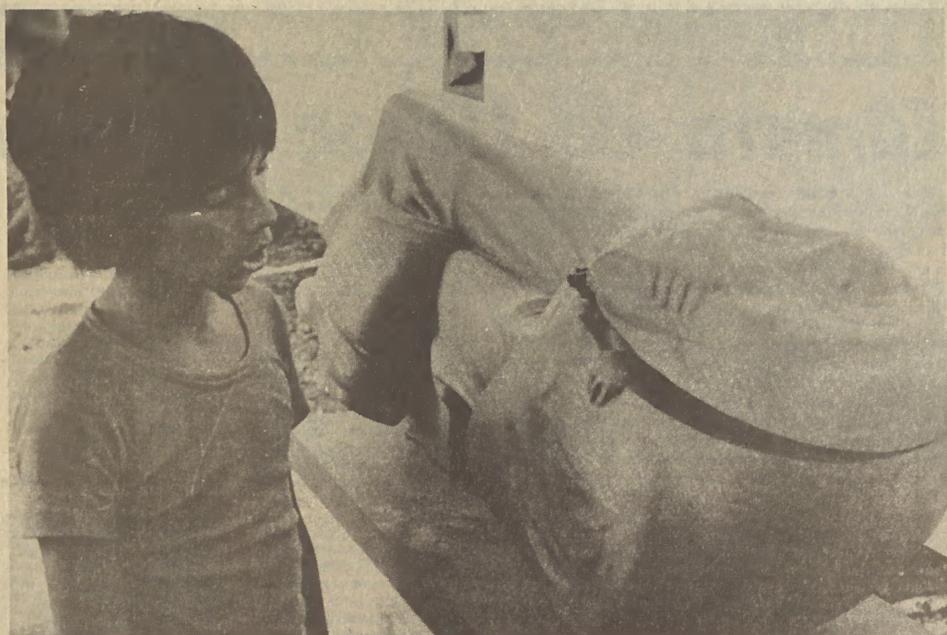
Em relação à edição deste ano, num esforço de **continuação e melhoramento**, a Bienal «buscará algumas novas soluções, integrando-se aliás nos requisitos e inovações que enformarão o corpo central da Festa, onde se localiza». Segundo foi salientado na conferência de Imprensa «mantendo uma linha de concepção largamente aberta às mais variadas experiências estéticas, que exprimem a riqueza e a variedade infinitas do mundo e da natureza do homem, da sua sensibilidade e criatividade inesgotáveis, para esta 4.ª Bienal de Artes Plásticas da Festa do «Avante!», de 1983, constituiu-se um grupo de pessoas ligadas às questões das Artes Plásticas, da sua prática e da sua apreciação estética, incumbido da sua organização no espaço que este ano lhe caberá, em melhores condições de exposição, e por isso mais reduzido, da consequente e necessária selecção das obras».

«Será um risco que se corre

advertidamente. Risco inerente à parcela de subjectividade que comporta toda a apreciação de obras de arte. Risco que se procurou minorar ao máximo, tendo em devida conta as especificidades da Bienal de Artes Plásticas da Festa do «Avante!», onde os juízos de valor serão necessariamente diferentes de juízos de valor admissíveis em outras exposições.»

Tal como foi referido aos jornalistas, «pretende-se, mantendo um critério não unilateralista e antes amplamente compreensivo, que a Bienal seja ainda mais estimulante, num confronto de diversas sensibilidades, no encontro saudável entre artistas conhecidos e desconhecidos, não se deixando contaminar ou pautar pelo mundanismo da «moda» ou pelo apriorismo do «nome feito», antes pondo o acento tónico no seu estímulo final — o prazer humano da descoberta e da fruição de uma arte que, exprimindo a vida, também a desvenda e ajuda a criar». Finalmente, «ainda nesta ordem de preocupações, procurar-se-á instalar, no espaço da Bienal, um espaço de convívio e debate vivo entre artistas plásticos e de outras artes, e entre eles e todos quantos, para viver a Festa, vão ocorrer de todo o Portugal, em Setembro, ao Alto da Ajuda».

Na conferência de Imprensa foi divulgado o Regulamento da 4.ª Bienal, que publicamos na íntegra nesta página, certos do interesse que a iniciativa vem suscitando entre os artistas plásticos.



A criança e a escultura: uma imagem da II Bienal realizada em 1979

Regulamento

1. A Festa do «Avante!» organiza em Lisboa a sua 4.ª Bienal de Artes Plásticas, em pavilhão próprio no âmbito da Festa, no Alto da Ajuda, nos dias 9, 10 e 11 de Setembro de 1983.
2. Pretende-se com esta exposição reunir obras que testemunhem as diferentes modalidades, técnicas e formas de expressão das Artes Plásticas; renovar o encontro entre dezenas de artistas nossos contemporâneos e um público que lhes não é habitual — as muitas dezenas de milhares de pessoas que visitam a Festa do «Avante!», o encontro entre essas pessoas e os múltiplos caminhos das Artes Plásticas no nosso país.
3. Com o objectivo de aprofundar o projecto cultural que é o da Bienal, largamente aberta às mais variadas experiências estéticas, e de a melhorar defendendo a qualidade artística, não elitista, a Comissão Executiva da Bienal responsabilizar-se-á pela selecção das obras que forem enviadas.
4. Cada artista poderá entregar até 3 obras em qualquer das modalidades das Artes Plásticas.
5. Os artistas deverão preencher uma ficha de inscrição que se encontra à sua disposição nos seguintes locais: Av. António Serpa, 26-2.º Esq., telef. 769147 (Lisboa); Av. da Liberdade, 170, tel. 532161 (Lisboa); Av. Boavista, 931 a 937, tel. 697948 (Porto); SNBA; ESBAL.

6. As obras e as fichas de inscrição devem ser entregues à Organização até 30 de Julho. Dificuldades de transporte das obras a enviar devem ser assinaladas na ficha de inscrição que, nesse caso, deve ser entregue até 15 de Julho.
7. Por ocasião da realização da Exposição será publicado um catálogo que os expositores receberão gratuitamente. Os artistas devem enviar para eventual representação nesse catálogo, fotografia ou diapositivo das obras, até à data limite de 30 de Julho, comprometendo-se a Organização a devolver esses elementos fotográficos.
8. Os artistas devem declarar o valor das obras para efeito de seguro ou venda. A Organização não promoverá a venda das obras expostas, mas por eventuais compradores em contacto com os artistas. As reclamações para efeito de seguro deverão ser feitas no momento da devolução das obras aos artistas.
9. O levantamento das obras deverá ser feito pelo próprio ou por pessoa por ele credenciada até ao dia 15 de Outubro e mediante a apresentação de um duplicado da ficha de inscrição.
10. As fichas de inscrição, as obras e qualquer correspondência deverão ser enviadas para: 4.ª Bienal de Artes Plásticas da Festa do «Avante!» — Av. António Serpa, 26-2.º Esq., 1000 Lisboa — tel. 769147 ou Av. da Boavista, 931 a 937, Porto — tel. 697948.



No Alto da Ajuda há trabalho para todos!



Aproxima-se mais um fim-de-semana de trabalho voluntário no Alto da Ajuda, onde novas tarefas se abrem na preparação da Festa do «Avante!». Da zona do estaleiro, à entrada do recinto, passa-se agora para a zona de apoio, onde funcionará o refeitório, o bar, o dormitório, o local do acampamento e a sala de convívio dos trabalhadores da Festa, estruturas que se destinam, pois, à criação de condições para os que, a tempo inteiro, de manhã até ao fim da tarde, estão na Ajuda a erguer a nossa Festa.

Incluindo já outras tarefas igualmente im-

portantes — relacionadas, por exemplo, com a limpeza e preparação do terreno — o trabalho no Alto da Ajuda apresenta-se nesta fase com um conjunto muito variado de acções, em que todos nós podemos dar a nossa colaboração.

Sábado e domingo, e desta vez também no feriado de hoje, quinta-feira, muita coisa pode avançar no Alto da Ajuda. Com a solidariedade, a militância e a dedicação dos comunistas, o trabalho vai, certamente, dar um salto importante no grande recinto que em 9, 10 e 11 de Setembro será palco de mais uma

grande jornada de trabalho popular com todo o País presente.

Carpinteiros, motoristas, pintores, montadores de tubos — têm, sem dúvida, um papel importante a desempenhar. Mas todos podemos dar uma ajuda. Trabalhar para erguer a Festa, apanhar bons ares, saborear um bom farnel à sombra das árvores, imaginar o movimento colorido no recinto daqui a pouco mais de três meses, olhar em frente para a bela paisagem em que se unem as duas margens do Tejo — o convívio aqui fica. Para hoje. E também para o fim-de-semana.

Compra a EP! Divulga a Festa!

Vender a EP é também palavra de ordem na construção da Festa. É também uma tarefa de primeiro plano na construção do grande copnívio popular da Ajuda. Comprar a EP com antecedência é não só garantir desde já a entrada na Festa, como é também um contributo importante para a sua preparação. Múltiplas tarefas e encargos desta fase inicial exigem meios financeiros e é a compra da EP que os possibilita. Daí, um apelo: compra já a Entrada Permanente! Divulga a Festa!

VI Corrida Popular do «Avante!»

Regulamento

Integrada no programa desportivo da Festa do «Avante!» será organizada a VI Corrida Popular do «Avante!».

A VI Corrida do «Avante!» tem como objectivo estimular a prática desportiva regular, consagra os

valores positivos da emulação e da superação através do desporto e caracteriza-se por ser um alegre convívio fraternal entre todos os participantes.

A VI Corrida Popular do «Avante!» obedecerá ao presente regulamento:

Art.º 1.º — Organização geral

A VI Corrida Popular do «Avante!» consta da realização simultânea de várias provas a nível local, a realizar na mesma data — 4 de Setembro — e cujos resultados parciais contarão para uma classificação geral a divulgar pelos órgãos de comunicação social, nomeadamente no jornal «Avante!» de 8 de Setembro.

Art.º 2.º — Dos participantes

Na VI Corrida Popular do «Avante!» poderão participar todos quantos o queiram fazer: homens, mulheres e jovens pertencentes ou não a núcleos de corrida, colectividades, clubes, comissões de moradores e de trabalhadores, sindicatos, etc, a partir dos 15 anos. Praticantes de idades inferiores poderão ser admitidos desde que técnicos e colectividades o considerem adequado.

Art.º 3.º — Distâncias

Será prevista uma única distância a escolher pelas organizações das provas, entre 6000 e 8000 metros, para todos os concorrentes masculinos e femininos.

Esta distância poderá ser percorrida correndo ou andando num tempo máximo de 1 hora e 10 minutos a 1 hora e 30 minutos, após o que implica a desclassificação do concorrente.

Art.º 4.º — Local e data

1. As várias provas da VI Corrida Popular do «Avante!» serão realizadas no dia 28 de Agosto (um domingo), de preferência no período da manhã, em locais a divulgar pelas Organizações Regionais.

2. Outras provas locais (preparatórias e facultativas) da VI Corrida Popular do «Avante!» poderão ser realizadas nas várias localidades

integradas ou não em festas de promoção da Festa do «Avante!» e nas festas promovidas pelas Organizações Regionais.

Art.º 5.º — Das inscrições

1. As inscrições dos participantes, a título individual ou em representação colectiva poderão ser feitas nos Centros de Trabalho do PCP que organizem provas ou nos próprios locais das provas no dia da sua realização, até meia-hora antes do início das provas.

2. As inscrições deverão referir o nome dos concorrentes, a data de nascimento e a colectividade a que pertence, de acordo com ficha Modelo 1.

As organizações poderão utilizar outras fichas de inscrição que julguem mais adequadas ao seu trabalho.

Art.º 6.º — Das classificações

1. Haverá classificações individuais e colectivas na Corrida Popular do «Avante!»

2. As classificações individuais corresponderão à ordem de chegada à meta dos concorrentes nas corridas locais e regionais.

2.1 Para efeitos de classificação individual serão considerados os seguintes escalões etários:

Masculinos	Femininos
Pré-Inf. — até 9 anos(*)	Pré-Inf. — até à idade(*)
Infantis — 10,11,12 e 13 anos(*)	Infantis — 10,11, e 12 anos(*)
Iniciados — 14 e 15 anos(*)	Iniciados — 13 e 14 anos(*)
Juvenis — 16 e 17 anos	Juvenis — 15 e 16 anos
Juniões — 18 e 19 anos	Juniões — 17 e 18 anos
Seniores — 20 a 34 anos	Seniores — 19 a 34 anos
Vet. I — 35 a 39 anos	Veteranos — 35 em diante
Vet. II — 40 em diante	

(*) consultar o Art.º 2.º

(*) consultar o Art.º 2

3. Para efeito da classificação colectiva serão atribuídos:

1 ponto — a todos os concorrentes masculinos até aos 40 anos de idade e 2 pontos — aos concorrentes com mais de 40 anos de idade e aos concorrentes femininos desde que completem a corrida nas condições do Art.º 3.º.

4. As classificações colectivas são de dois tipos: por colectividades e por localidades.

4.1. As classificações por colectividades obtêm-se somando os pontos dos representantes de cada colectividade.

4.2. As classificações por localidades obtêm-se somando os pontos obtidos por todos os concorrentes pontuados na(s) corrida(s) organizada(s) nessa(s) localidade(s).

4.3. Serão elaboradas classificações por colectividades e por localidades a nível nacional entrando em conta com os pontos obtidos nas provas das várias localidades.

4.4. Só serão consideradas para a classificação nacional da VI Corrida Popular do «Avante!» os resultados que forem comunicados até às 20 horas do dia 28 de Setembro pelos telefones 77 91 43/4/5/6 de Lisboa, de acordo com os dados que devem estar contidos na ficha Modelo 2.

Art.º 7.º — Prémios

1. Serão atribuídos pela Organização Nacional da Corrida:
 - As três localidades mais pontuadas a nível nacional
 - As três colectividades mais pontuadas a nível nacional

2. A atribuição de prémios nas corridas locais são de responsabilidade das respectivas Comissões Organizadoras.



Poder local

Pela mão da ex-AD com a cobertura do PS

Câmara de Lisboa à beira da paralisia

Logo nas primeiras reuniões da nova Câmara de Lisboa eleita em 12 de Dezembro, ao analisarmos em detalhe os novos resultados eleitorais, dissemos com clareza que não era possível governar a cidade sem a participação e o empenhamento dos comunistas e dos seus aliados. Dissemos que a CM de Lisboa era uma estrutura pesada, difícil, senão impossível, de administrar, sem o contributo e o trabalho dos vereadores das diversas forças políticas. Avançamos com uma proposta realista e responsável. A tudo foram surdos o CDS, PSD e o PS, encantados com o acordo a que tinham chegado e julgando que poderiam assim fazer funcionar eficazmente o aparelho camarário. Em resultado, cinco meses decorridos, a CM de Lisboa não funciona. Está semiparalisada. Os Serviços ou estão em autogestão ou em hipergestão, ou as duas coisas ao mesmo tempo. O povo de Lisboa votou contra a ex-AD e por uma nova política em Dezembro. Confirmou esta opção em 25 de Abril. Conferiu uma folgada maioria às forças democráticas e infligiu simultaneamente uma pesadíssima derrota aos partidos da ex-AD. Hoje há condições objectivas mais do que suficientes para provocar uma viragem no estilo e métodos de gestão a nível da Câmara. Assim o queira o PS. Conosco, APU, poderá fazê-lo.

Era a mini fatia que caberia à APU. Os outros 99,4% eram (e foram) para ser repartidos à mesa do acordo que se estabeleceu entre o CDS, o PSD e o PS. Acordo em que o CDS, com a subserviência e o seguimento habituais do PSD, e a cumplicidade do PS, ficaria com a parte de leão. Como ficou, já que come à mesa do Orçamento Municipal cerca de 4 milhões de contos, ou seja 60% do investimento global!

Denunciámos tudo isto na Câmara, na Assembleia Municipal e junto da opinião pública. A tudo foram surdos o CDS, PSD e o PS, encantados com o acordo a que tinham chegado e julgando que poderiam assim fazer funcionar eficazmente o aparelho camarário.

Mas tal como prevíamos, os acontecimentos e a prática vieram dar-nos total razão.

A CML não funciona. Está semiparalisada. Os serviços ou estão em autogestão ou em hipergestão, ou as duas coisas ao mesmo tempo.

Em autogestão, porque em certas áreas e serviços não existe uma efectiva responsabilização política. Reina a indefi-

Abecasis sectores decisivos) e o PSD tem 4 Direcções de Serviços. Para estes dois partidos não há, pois, indefinições.

E o PS? O PS não tem nenhuma, e partilha da confusão que aceitou, partilhando com o CDS e o PPD parte da DSO (Arruamentos e Escolas e Equipamento Social) e parte da Direcção dos Serviços Técnicos Especiais (o correspondente à Divisão de Viação e Trânsito) — «num papel de muleta de tal ordem que até aceita, embora barafustando timidamente, executar despachos e instruções do eng. Abecasis»!

Se a APU tivesse aceitado participar nesta barafunda — concluiu Silva Graça nesta parte da sua intervenção — teria simplesmente contribuído para aumentar a confusão nas Direcções de Serviços de que são parte o Turismo e os Cemitérios.

Opondo-se frontalmente a esta situação e insistindo na urgência em lhe pôr cobro, o vereador da APU afirmou: «Estamos nas autarquias para trabalhar em benefício das populações e não para dar "cobertura democrática" a uma gestão toda ela virada para servir meros interesses especulativos e grandes negociatas, na linha da gestão anterior. Com a diferença que a continuação desta gestão se faz agora com a cumplicidade do PS, já que o PSD e CDS em conjunto são minoritários no Executivo camarário.

«Para aplicação desta nova política podem contar conosco — afirma a APU. A nova maioria de que falou o PS na sua intervenção de há 15 dias está de facto em condições de modificar por completo a forma de gerir o Município, pondo-o ao serviço de uma política que melhore as condições de vida do povo de Lisboa. Mas não chega afirmá-lo em palavras (...). Não basta atacar e impedir o actual presidente da Câmara de levar por diante a sua política desastrosa. Isso fizemo-lo nós durante 3 anos, quando não havia condições

O acordo pontual não chega

Não é — continua Silva Graça — a pontual e avulsa conjugação de votos APU-PS que iliba os socialistas de serem corresponsáveis da anarquia que reina na Câmara de Lisboa:

«Foi positivo anular-se o Projecto Hilton. Foi positivo suspenderem-se as operações Central de Camionagem do Areeiro, Viaduto da Avenida das Forças Armadas e Torre dos Jerónimos. Foi positivo

aprovar uma proposta da APU de moralização da utilização das instalações municipais mais nobres. Foi positiva a aprovação de outras propostas que resultam afinal em benefício do povo de Lisboa.

Mas não chega aprovar propostas, até por que da sua aprovação à sua execução há todo um caminho que passa pelos Serviços Camarários. E estes estão completamente controlados pela minoria PSD-CDS.

Não chega anular o pacote Abecasis e arrumar de uma vez por todas os seus projectos desfiguradores da cidade. São precisas uma política municipal e uma prática diferentes, que sejam reais alternativas.»

Uma política diferente, em sectores que Silva Graça vai enumerando: na habitação, «que passa pelo controlo do solo urbano (e não a sua venda ao desbarato), pelo incremento da produção da habitação social, pela implementação do PRID e pelo apoio às Cooperativas de Habitação»; nos transportes; no equipamento; no património — «uma nova política em que as prioridades sejam claras e tenham em conta as carências da cidade». Como exemplo, acrescenta Silva Graça: «é intolerável que se esbanjem neste ano 230 mil contos em infra-estruturas para o Luna Park de Abecasis e se reserve para a construção de creches a ridícula quantia de 13 mil contos».

«Por nosso lado, nós, a APU — afirmou a concluir Silva Graça — continuaremos a assumir por completo as nossas responsabilidades e daremos (como sempre) o nosso total contributo para que a CML funcione em benefício da melhoria da qualidade de vida do povo de Lisboa.»

objectivas para ir mais longe, já que a ex-AD dispunha então de maioria absoluta».

De uma nova maioria a uma nova política

«Hoje — acrescenta — há condições objectivas mais do que suficientes para provocar uma viragem no estilo e métodos de gestão da Câmara. Assim o queira o PS. Conosco pode fazê-lo. Para funcionar eficazmente, o Município precisa em primeiro lugar de uma gestão democrática e competente, em segundo lugar de meios financeiros para fazer face às carências.

O funcionamento democrático poderá ser conseguido através de uma rediscussão da divisão de Pelouros pelos diversos vereadores. A proposta da APU terá de ser tida em conta e está nas mãos do PS, que conosco faz maioria, corrigir a actual situação antide-mocrática, aberrante e incapaz.

«Os meios financeiros também nas mãos do PS estão, já que se este partido cumprir integralmente a Lei de Finanças Locais (como disse que o faria se fosse governo), mais 3 milhões de contos entrarão os cofres da CML ainda este ano, permitindo assim o lançamento de numerosos programas e obras novas, essenciais para a cidade e a sua população.

O Partido Socialista terá, se quiser conosco imprimir uma nova gestão na CML, de abandonar definitivamente o seu anticommunismo obsessivo e a sua tendência constante para alianças contra-natura com a direita. Enquanto não o fizer será corresponsável, com o PSD e o CDS, do caos e da anarquia que reinam na CML.



Festa do Alentejo Arte popular e convívio nas ruas de Lisboa

No próximo fim-de-semana a Festa do Alentejo vai estar mesmo nas ruas de Lisboa. É a Feira Alentejana no sábado e no domingo nos relvados do Parque Eduardo VII, e será no domingo, a partir das 14 horas, o grande Desfile Popular Musical e Etnográfico dos Restauradores ao Parque, com representações de todos os concelhos.

Ainda para sábado à tarde foi organizado um convívio de escritores, artistas plásticos e artesãos alentejanos em que se prevê participem também responsáveis autárquicos de toda a região.

Como se sabe, a Casa do Alentejo meteu ombros a um mês de comemorações do seu 60.º aniversário, que tem sido diariamente assinalado por variadíssimas manifestações que pretendem dar a conhecer e aprofundar a realidade socioeconómica, política e cultural do Alentejo — Alentejo da Reforma Agrária, do Poder Local democrático, da fraternidade dos cantares e da poesia popular, do artesanato e de muitas outras formas de expressão que conferem ao povo alentejano uma dimensão, identidade e intervenção colectiva impares na sociedade portuguesa.

A semana que decorre e que a Festa de domingo culmina foi assinalada por colóquios sobre o desenvolvimento regional do Alentejo e terá ponto alto no almoço de homenagem ao Poder Local, que reunirá presidentes de câmaras e assembleias municipais de todo o Alentejo e para que igualmente foram convidados os presidentes dos municípios da área da Grande Lisboa.

A próxima semana será a do Artesanato: na segunda-feira, às 19 horas, inauguração da exposição e venda de artesanato, na sede da Casa do Alentejo, seguindo-se, na terça-feira, o Dia da Orlaria, na quarta o Dia do Vime, Buiño e Lã, na quinta o Dia dos Metais.

Além de outras manifestações já programadas — incluindo de novo na rua, a Tarde Alentejana no sábado, dia 11, com bandas de música e grupos corais que desfilarão da Casa do Alentejo para o Rossio e aí actuarão —, a última semana será dedicada à Arte Popular no Alentejo Através dos Tempos, com uma nova exposição alusiva.

São passos de uma intervenção do vereador Silva Graça, feita em nome da APU no período de antes da ordem do dia na reunião pública da Câmara Municipal de Lisboa realizada na passada segunda-feira. Foi uma avaliação documentada e conclusiva dos males de que enferma a gestão camarária em Lisboa, com graves reflexos na vida de toda a sua população, a denúncia dos objectivos políticos que se escondem sob essa decantada e aparentemente «técnica» questão da distribuição dos pelouros entre a vereação e, enfim, a explicitação das propostas políticas da APU para superar uma gestão antidemocrática, incompetente e ruínosa, pondo, na observância da vontade expressa pelo eleitorado, a Câmara de Lisboa ao serviço do povo de Lisboa.

conjunto com outros vereadores de outras forças políticas, desde que fossem entregues à APU a Direcção dos Serviços de Obras e a Área Cultural e Desportiva.

A última: Monumental em demolição?

Há dois dias chegou ao conhecimento público que estão em curso obras de demolição no interior do Teatro Monumental. Conhecido que é o projecto do eng.º Abecasis para a Praça do Saldanha, incluindo a demolição do Monumental e a construção em seu lugar de um monstro de betão de 14 pisos e de um subterrâneo para a instalação de centros comerciais; conhecido ainda que nos últimos dias o presidente da CM de Lisboa autorizou, à revelia do executivo camarário, quer a demolição quer uma nova construção no lugar do Monumental, «é legítimo — afirma em comunicado o Comité Local de Lisboa — a menos que sejam dadas claras e imediatas explicações, associar o início das obras à negociação e projecto megalmano do sr. Abecasis».

Assim, a APU proporá com carácter de urgência, na próxima reunião da Câmara, a discussão da proposta «Saldanha», com vista à sua anulação.

Estávamos prontos de imediato a indicar um vereador em regime de permanência, que se dedicaria a tempo inteiro e actividade exclusiva a dirigir aqueles serviços e áreas.

Alertámos que era fundamental, no tocante ao resto da distribuição dos pelouros, impedir que o CDS ficasse responsável por determinados serviços estratégicos, como por exemplo a DSU — Direcção dos Serviços de Urbanização — alavanca fundamental para uma gestão democrática e eficaz do município.

Sugerimos inclusive que esta importantíssima Direcção de Serviços fosse entregue ao PS, mostrando assim uma total abertura e sentido de responsabilidade na divisão de Pelouros Municipais».

À APU, 0,6% do orçamento!

Que fizeram perante estas propostas as restantes forças políticas?

Continua Silva Graça: «O CDS, com o apoio do PSD e do PS, pela boca do presidente ofereceu à APU os Pelouros dos Cemitérios e do Turismo, ainda por cima esvaziados de acções e verbas, não fosse a APU aceitar e fazer então obra também nestas áreas. Convém esclarecer que, como conclusão de uma leitura do Projecto de Plano e Orçamento para 1983 (tarde e a más horas presente aos vereadores do Município), caberiam a estas duas áreas, depois de convenientemente esvaziadas de acções, cerca de 0,6% do investimento global da CML. Em 6 700 000 contos, caberia à APU a ridícula verba de 40 000 contos.

nição e a incerteza em certos serviços e áreas fundamentais. Quem é responsável a nível da vereação pela Direcção dos Serviços de Obras? Simultaneamente ninguém e muitos. O director da DSO corre de gabinete para gabinete para obter uma assinatura ou um despacho que lhe permita fazer ou lançar tal ou tal obra. Chega a despachar com 5 e 6 vereadores ao mesmo tempo.

É a hipergestão, a confusão, a inexistência de qualquer hierarquia responsável, o que conduz inevitavelmente à autogestão. Com prejuízo para o serviço e, o que é mais grave, para a cidade e a sua população, que vê agravarem-se as suas condições de vida».

Mas importa ir pouco mais longe na denúncia do que foi esta manobra da divisão dos pelouros «por objectivos». É que, afinal, segundo Silva Graça, uma vez que a APU não aceitou «a proposta envenenada do eng. Abecasis» ela só é aplicável... ao PSI! Com efeito, para recusarem à APU a Direcção dos Serviços de Obras, o CDS, o PPD e o PS entenderam-se para impor a dita distribuição «por objectivos», não aceitando a divisão por áreas e Direcções de Serviços que corresponde à actual estrutura da Câmara. Com o PS clamando «antes ser de direita que dar as obras à APU», dividiram o bolo — e aplicaram ao CDS e ao PPD aquilo que recusaram em conjunto à APU!

Assim, o CDS e o PSD têm à sua responsabilidade Direcções de Serviços por inteiro: o CDS tem 6 Direcções de Serviços e 2 Áreas (e dentro essas cabem pessoalmente a

Aumentos de electricidade no Porto

O PS quer sol na eira e chuva no nabal...

A reunião da vereação da Câmara Municipal do Porto realizada no passado dia 29 registou uma das mais insólitas votações de que há memória: a proposta de aumento das tarifas de electricidade na cidade do Porto, incluída no orçamento dos SMGE, foi recusada com os votos dos dois vereadores da APU enquanto todos os outros — PS, PPD e CDS — se abstinham!

O estranho da situação tem, é claro, explicação.

O orçamento dos SMGE incluía, como se disse, o aumento das tarifas de electricidade no Porto em percentagens brutais de que o quadro junto dá alguns reveladores exemplos.

É sabido que a medida tem levantado veementes e enérgicos protestos de toda a população, protestos a que apenas a APU tem dado expressão, opondo-se firmemente a propostas que contam com o apoio do PPD, do CDS e do PS. Face aos protestos, o presidente «AD» da Câmara do Porto propôs nesta reunião camarária que a questão dos aumentos de tarifas fosse retirada do orçamento dos SMGE e objecto de estudo por parte de uma comissão negociadora que fizesse posteriores propos-

tas, apreciando-se os restantes orçamentos naquelte reunião.

Aqui, o PS tentou uma manobra: opôs-se a esta proposta do Presidente da Câmara sob o argumento de que «não estava na ordem do dia» e impôs que se passasse imediatamente à votação do orçamento. A habilidade era transparente: os vereadores PS contavam que a APU iria votar contra, mas partiam do princípio que PSD e CDS votariam a favor; o que permitiria aos vereadores PS absterem-se sem que isso impedisse a aprovação de uma medida que apoiavam mas acerca da qual poderiam dizer que fora aprovada com os seus votos!

A questão foi que os partidos da defunta «AD» perceberam a manobra e não quiseram ficar sozinhos com os custos de uma medida antipopular que é público que o PS aprova tão claramente que a tem imposto nos municípios circunvizinhos do Porto com maioria socialista.

Dal que a votação tenha registado aquele resultado e o orçamento tenha de momento sido rejeitado.

Mas os defensores de fazer pagar mais às populações pela energia não desarmam e a questão volta à próxima reunião da Câmara onde tudo indica que PS e ex-AD cozinhem — como noutros lados — o entendimento necessário à sua aprovação.

A APU denuncia a situação

Em conferência de imprensa efectuada no dia anterior à reunião da vereação portuense, os vereadores APU das câmaras do «grande Porto» (Maia, Gondomar, Matosinhos, Porto e Gaia) haviam já denunciado a situação e os perigos que a actuação dos eleitos socialistas e

dos partidos da direita fazem correr não apenas aos consumidores domésticos da área, como igualmente ao pequeno e médio comércio e indústria que poderão vir a sofrer aumentos que claramente arrastarão à falência e encerramento de numerosas empresas sem condições económicas para os suportar.

Os eleitos APU sublinharam as condições específicas do consumo de electricidade na aquela zona norteña em que, ao longo dos anos, o público foi estimulado a recorrer quase exclusivamente à electricidade como fonte de energia em detrimento de outras como nomeadamente o gás, o que implica que o consumo médio de uma casa de habitação portuense seja cerca de cinco vezes superior ao de uma de Lisboa e oito vezes ao de uma de Beja ou Vila Real. Aumentos brutais como os previstos têm assim consequências dramáticas no nível de vida de todas as famílias portuenses.

Num comunicado divulgado em 26 do passado mês, a comissão coordenadora da APU/Porto denunciara já que «o tarifário aprovado aponta para aumentos médios mensais (no período global a que se refere o tarifário, isto é, desde Julho/83 a Dezembro/85) de cerca de 550\$00/mês para as famílias de baixíssimos recursos; de 1500\$00/mês para famílias

de capacidade económica reduzida; de 3300\$00/mês para famílias de recursos médios e de 5000\$00/mês para famílias de recursos satisfatórios. Ou, se se quiser ver o problema de outra forma, dir-se-á que, entre Julho de 83 e Dezembro de 85, se prevê que essas famílias pagarão aos serviços, a mais do que têm pago até aqui, uma quantia global que é igual, consoante os casos, a 16, 44, 100 ou 150 contos.»

A vergonhosa actuação do PS

Na conferência de imprensa os vereadores APU revelariam igualmente as tortuosas operações a que o PS se tem entregado e que viriam aliás a ter mais um degradante episódio com a abstenção dos socialistas na votação do dia seguinte.

Na realidade, os presidentes dos municípios PS da área do «grande Porto» têm vindo a tentar impor (conseguindo-o em alguns casos) aumentos nesses concelhos. Aparentemente tentam afastar-se das responsabilidades quanto a essa medida no concelho do Porto; mas, entretanto, desencadeiam uma campanha que insinua que os habitantes da cidade estão «a ser beneficiados» face aos dos concelhos limítrofes onde foram os próprios socialistas a impor os novos custos, num esforço

claríssimo de virar populações contra populações.

Paralelamente e com a velhacaria que infelizmente vai fazendo escola na acção política dos eleitos socialistas, o PS argumenta candidamente que os aumentos são necessários para «defesa da empresa nacionalizada EDP» — enquanto simultaneamente e ao nível de governo e Assembleia da República se entende com a direita para prosseguir o esforço de desmantelamento do sector nacionalizado!

O «Avante!» publicará no seu Suplemento mais detalhes sobre a situação. Entretanto, são de sublinhar as palavras dos vereadores APU no final da sua conferência de imprensa:

«A luta das populações da região do Porto não visa qualquer privilégio. É parte integrante da luta geral do Povo Português contra o agravamento do custo de vida. É parte integrante da luta em defesa das conquistas alcançadas pela luta dos trabalhadores.

«A luta das populações tem sido fundamental para impedir a aplicação de novos e maiores aumentos. Tem sido a luta que tem levado já em diversas situações e em diversos concelhos o PS e a direita a recuar, a fazerem afirmações contraditórias, ora a favor ora contra os aumentos.»

O Dia da Criança no País de Abril

Ontem, dia 1 de Junho, o mundo esteve em festa porque era a festa das crianças. Uma festa que também é luta: porque o seu bem estar e os seus direitos ainda não estão solidamente garantidos, quer nas sociedades em que a exploração ou o subdesenvolvimento se mantêm, quer pela ameaça da guerra que paira sobre toda a Humanidade.

O Dia Mundial da Criança, que se celebrou pela primeira vez em 1950 por proposta da Federação Democrática Internacional das Mulheres quando as feridas da guerra ainda estavam bem abertas, mantém pois esse duplo significado, povoado de milhões e milhões de crianças que ainda sofrem de fome, de abandono, de falta de cuidados e de educação, de exploração. Cujas próprias vidas, o direito a crescer em Paz continua ameaçado.

Países há — é o mundo socialista — onde «o melhor do mundo são (todas) as crianças»; aí, bons dias são todos — este é especial. Noutros, como o nosso, graças à Liberdade conquistada e defendida, a par da luta que continua, fazemos a festa. Da clandestinidade sala durante o fascismo, (celebrar o Dia Mundial da Criança podia dar direito a prisão). Hoje, sai das escolas, de cada infantário, das autarquias, colectividades, organizações populares. Não é ainda uma data nacional, com honras que começam no Diário da República. Mas será.

zações — a maior parte delas diferidas para hoje, dia 2, aproveitando o feriado nacional e mesmo o fim-de-semana que se avizinha.

São exemplos dispersos. Mas está atento, amigo: aí ao teu lado há com certeza alguma coisa que possa ser festa para as tuas crianças. E, se não há, porque não tomar a iniciativa?



(Do Programa distribuído neste Dia Mundial da Criança pela Junta de Freguesia de Almada)

CONSUMIDORES DOMÉSTICOS		
Quem paga...	... passará a pagar	Aumento
396\$00	688\$90	+ 74%
682\$00	1637\$80	+140%
1078\$00	3751\$70	+248%
1474\$00	5865\$60	+298%
2000\$00	8950\$00	+347%
2500\$00	11 871\$00	+375%
3000\$00	14 813\$50	+394%

COMÉRCIO E INDÚSTRIA		
Quem paga...	... passará a pagar	Aumento
1892\$00	9657\$60	410%
5894\$00	32 215\$20	438%

Trabalhadores

Prosseguem lutas nas empresas Plenários por todo o País

- Grandes empresas não pagam salários
- Ameaçado o emprego na MDF

A CGTP anunciou recentemente a realização de plenários por todo o país. De acordo com as deliberações do Conselho Nacional reunido em 13 de Maio findo estão a decorrer «encontros de activistas sindicais de âmbito distrital» para deliberar e agir designadamente na acção reivindicativa, na contratação colectiva e nas empresas, no campo da segurança social, da legislação laboral recentemente publicada e da luta pela satisfação dos 22 pontos da CGTP-IN — o caderno reivindicativo aprovado no IV Congresso da Central realizado em Lisboa de 11 a 13 de Março do ano corrente.

Enquanto decorriam lutas em várias empresas, devido principalmente às reivindicações salariais por satisfazer, a Inter, assinalando o 9.º aniversário da criação do salário mínimo nacional, reclamava «a revisão semestral e automática da SMN de acordo com o aumento do custo de vida» — medida «premente, imediata e necessária para se pôr termo à degradação das condições de vida da população trabalhadora», considera a CGTP.

A nível distrital, as organizações sindicais do Porto e de Setúbal divulgavam entretanto alguns números preocupantes sobre salários em atraso, contratos a prazo e repressão.

A União dos Sindicatos do Porto afirma que há no distrito 8 mil trabalhadores de 32 empresas com salários e outras remunerações em atraso, orçando pelos 300 mil contos, no princípio desta semana, as dívidas do patronato aos trabalhadores.

A União dos Sindicatos de Setúbal sublinhava, por seu turno, que «mais de 20 mil trabalhadores estão em luta pelo pagamento dos salários em atraso na Lisnave, CPP (Companhia Portuguesa de Pescas), SRN (Sociedade de Reparação de Navios), Parry & Son, Cerâmica do Sul, Lundberg, Mompur, Equipmetal, Ficol, Malhas Sameiro, Casa Capucho, Sea-

guard, Imperex, Alvamar, Vargas Palma.

Entretanto parava a 100 por cento na terça-feira a Transtejo em luta por aumentos salariais de 24 por cento.

Cinco mil a prazo no Porto

No Porto, além dos salários em atraso, persiste o flagelo dos contratos a prazo sem garantias de qualquer espécie. Estão nessas condições 5000 trabalhadores. Mil perderam recentemente os empregos e 8 mil recebem perdê-los em breve, devido à insegurança existente nessas 32 empresas, que se se contam entre as maiores do distrito do Porto.

Em «dificuldades» estariam empresas do tamanho da Siderurgia, Utic, Petrogal, Facar, Cifa, Eli, Eurofer, Oliveira & Ferreirinha. Grandes patrões como os Mellos, metidos como se sabe no têxtil do Norte, abusam de situações que criaram

A União dos Sindicatos do Porto revela que em 1982, só em sete empresas do distrito, foram submetidos a processos disciplinares, foram suspensos, castigados abusivamente ou afastados das suas funções, 670 activistas sindicais.

flagrantes nos sectores da construção civil, indústria de carnes, sector corticeiro, no têxtil. Aumenta ainda a não renovação dos contratos a prazo de forma generalizada a todos os sectores. Aumenta a instabilidade de



Na estação de Santo Amaro em Lisboa, na terça-feira passada, trabalhadores distribuem documentação sobre as suas reivindicações e os motivos da luta na Carris. A Federação sindical (Festru) sublinha num comunicado que «os valores apresentados pela comissão administrativa, para serem aplicados como adiamento imediato», a partir de 1 de Janeiro, «não correspondem às aspirações mínimas dos trabalhadores»

juntamente com os governos «AD» para «justificarem» agora a redução dos postos de trabalho, os atrasos nos salários e a repressão.

Perito de 24 mil trabalhadores e as empresas que, «fruto da política de recuperação capitalista e de submissão aos interesses do imperialismo» correm riscos de encerrar, se não for alterada a política, seguida até agora pelos governos de direita no sector da indústria naval, na montagem automóvel, na metalomecânica e outros sectores.

São muitos os sectores e as empresas que, «fruto da política de recuperação capitalista e de submissão aos interesses do imperialismo» correm riscos de encerrar, se não for alterada a política, seguida até agora pelos governos de direita no sector da indústria naval, na montagem automóvel, na metalomecânica e outros sectores.

Aumenta entretanto o desemprego por via do encerramento de empresas — refere a União dos Sindicatos de Setúbal — citando os casos mais

Recorda-se, além disso, que

Acção sindical

CGTP/Moçambique — R...firmando a sua solidariedade activa para com «os trabalhadores e o povo irmão da República Popular de Moçambique», é para com «todos os povos que na região unem os seus esforços no combate que será vitorioso pelo fim da opressão, da agressão e do apartheid na África Austral», a CGTP-IN repudia o recente ataque aéreo na Matola, perto de Maputo, «por parte das forças armadas racistas da África do Sul». A Central unitária, em nome dos trabalhadores portugueses, «manifesta o seu mais firme repúdio por esta cobarde acção contra um povo e um território soberano, violando todas as normas da convivência internacional».

Colectivo de Trabalho Vertical para o sector da metalurgia, metalomecânica e minas. Com 21 níveis salariais, as 2 tabelas propostas variam entre 7400 e 44 300 escudos (tabela 1) e entre 7900 e 47 800 escudos (tabela 2).

Escritórios do Porto — aprovando os respectivos estatutos, uma assembleia com 1895 participantes votou em 19 e 20 do corrente a constituição do Sindicato dos Trabalhadores de Escritório do Porto. Nas eleições sindicais, que derrotaram a lista UGT há cerca de 4 anos, participou cerca de um terço dos trabalhadores que agora decidiram criar novo sindicato.

PRT/Escritórios — A Federação sindical do sector (Comércio e Serviços) requereu ao Ministério do Trabalho que seja constituída uma comissão técnica para revisão da Portaria de Regulação de Trabalho que vigora desde 1979 para os trabalhadores de escritório não abrangidos por outra contratação. A Federação, lembrando que desde aquele ano apenas foi revista a tabela salarial, faz um apelo à participação dos trabalhadores interessados na revisão, inclusivamente apresentando sugestões.

CCT/Óptica — A Federação Portuguesa dos Sindicatos do Comércio e Serviços, depois de uma «cronologia da negociação falhada» do CCT em vigor para as empresas do ramo da Óptica, anuncia que foi requerida a conciliação ao Ministério do Trabalho, porque as associações patronais acabaram por propor apenas «um aumento real/efectivo de 6,5 por cento». É falso, no entanto, sublinha a Federação que haja crise no sector, como alegam os patrões. Pelo contrário: Na produção, «de 10 empresas em 1973 com 232 trabalhadores» no total, passou-se «para 13 em 1979», empregando 938 trabalhadores e atingindo as-

sim «uma taxa média de crescimento anual de emprego» da ordem dos 27 por cento em menos de seis anos. «Acréscimo» — assinala ainda a Federação do Comércio e Serviços — que a produção nacional não cobre a procura interna, pelo que há necessidade de recorrer às importações para satisfazer o consumo». Ainda no mesmo período de 1973/1979, a taxa de produtividade subiu mais de 100 por cento, de 19,4 para 38,9 — frisa a Federação.

Sindicatos da Construção e Plano Nacional — A elaboração de um Plano Nacional de Habitação foi reclamada recentemente pela Federação dos Sindicatos da Construção, Madeiras e Mármore. Contrário à declaração do sector ou de empresas do sector «em situação económica difícil» só para reduzir salários e despedir pessoal, o plenário da Federação reunido quarta-feira, da semana passada reafirmou que as dificuldades existentes só podem ser resolvidas com os trabalhadores e não contra eles como pretende o governo demérito, designadamente através do decreto 201/83. O Plano proposto pela Federação deve assentar numa «correcta política de solos com intervenção dos municípios».

Pescadores de Faro — A luta por um contrato colectivo de trabalho para o sector e para todo o Algarve pode levar a uma greve por tempo indeterminado os pescadores da região representados pelo Sindicato de Faro e dos Maquinistas Práticos. As propostas patronais são consideradas inaceitáveis pelos sindicatos e pelos trabalhadores.

Em apoio dos 22 pontos da CGTP — Disponíveis para a luta e a mobilização, cerca de 300 dirigentes, delegados sindicais e membros de CT's reuniram-se sábado, dia 28, na Voz do Operário em Lisboa. O encontro aprovou uma resolução político-sindical em que a tónica é posta na necessidade da luta em defesa de direitos duramente atingidos, designadamente a falta de pagamento de salários a cerca de uma centena de milhar de trabalhadores, o abuso dos contratos a prazo, os despedimentos, o ataque cerrado às nacionalizações. A disponibilidade para o diálogo e a negociação foi de novo reafirmada. Mas as reivindicações da CGTP não podem ficar dependentes de acordo em que a Central não participe, designadamente combinados entre o patronato e a direita com a ajuda do divisionismo. De nível distrital, o encontro foi convocado pela União dos Sindicatos e pela Cintura Industrial de Lisboa.

Movimentação sindical nos Serviços

Protestos contra medidas do Governo

- Novos estatutos na FP

O sector dos Serviços, designadamente a Função Pública, os Professores e o Comércio, tem desenvolvido intensa actividade sindical nas últimas semanas, quer preparando a aprovação dos estatutos no caso da FP, quer protestando contra medidas governamentais, quer ainda divulgando e fomentando a prática das conclusões do recente Congresso dos Professores cujo secretariado nacional efectuou recentemente a sua primeira reunião, em Ponta Delgada.

Entretanto o Sindicato dos Médicos da Região Sul contestava «veementemente a publicação do decreto 219/83, de 26 de Maio» por ser «injuriioso para os médicos e trabalhadores da Função Pública em geral». O diploma que altera o regime de faltas por doença, rejeitando a validade dos atestados médicos, pretende, segundo o Sindicato, «transformar os médicos em polícias administrativos à revelia das funções técnicas claramente definidas nas Carreiras Médicas», ao mesmo tempo que entende combater «o absentismo partindo de uma concepção retrógrada e difamatória da generalidade dos trabalhadores».

Os Sindicatos e a Federação da FP tomaram por seu turno uma posição idêntica, chamando a atenção para o facto de as organizações representativas dos trabalhadores não terem sido ouvidas em matéria que os envolve tão directamente.

A generalidade das posições vai no sentido de exigir a imediata revogação do decreto considerado ilegal.

A defesa da semana inglesa mobilizava entretanto os trabalhadores e os sindicatos do Comércio. No Porto houve no dia 28 uma concentração seguida de uma manifestação desde a sede do Sindicato até à Rotunda da Boavista. Numa moção exige-se uma fiscalização mais rigorosa aos horários praticados sobretudo em centros comerciais. Foram citados os casos do Centro Comercial Brasília e das sapatarias da Rua Júlio Dinis no Porto. Em Lisboa, a Federação dos Sindicatos do Comércio e Serviços propunha entretanto à RTP e à RDP a realização de um debate com as entidades interessadas a propósito de nova legislação sobre horários que esteja para aprovação em conselho de ministros.



Unidade e firmeza continuam a caracterizar a luta dos trabalhadores na Progresso Mecânica pelo pagamento de um subsídio de deslocação devido à transferência para novas instalações. A greve tem despertado uma autêntica vaga de solidariedade da população do bairro lisboeta de Alcântara onde está localizada parte das instalações da empresa, cuja administração, além de manter a recusa do subsídio, resolveu encerrar o refeitório. Trabalhadores e trabalhadoras passaram a tomar as suas refeições na rua, em frente às portas da fábrica. A solidariedade e o apoio têm aumentado. Mesmo as crianças participam, nomeadamente com desenhos alusivos à greve

estão bloqueados 46 contratos colectivos de trabalho abrangendo mais de 1200 mil trabalhadores.

Entretanto nas empresas, sublinha a União de Setúbal, os trabalhadores «continuam a lutar por cadernos reivindicativos e acordos de empresa que atenuem os efeitos da desastrosa política do PSD/CDS e têm obtido resultados bastante positivos, mostrando que o caminho é a luta pela satisfação das nossas justas reivindicações».

Plenários da Inter

Dos 17 encontros de activistas sindicais de âmbito distrital promovidos pela Central unitária salientam-se os que estão previstos para os próximos dias 7 em Braga, 9 em Coimbra, 15 em Setúbal.

Nesses encontros plenários de âmbito distrital, de que já se realizaram oito, entre 28 de Maio e 1 de Junho em Beja, Castelo Branco, Portalegre, Lisboa, Porto, Évora, Viseu e Setúbal, participam dirigentes nacionais da CGTP.

Além das reivindicações já indicadas, os encontros plenários «discutirão ainda o relançamento de um plano integrado de apoio ao reforço da organização e da CGTP-IN, bem como

as questões mais salientes da actual situação política e social».

Paralisações e outras lutas

Por reivindicações de ordem salarial, contra a degradação de empresas, pela defesa do emprego, sindicatos e trabalhadores adoptaram recentemente várias formas de luta, incluindo a concentração, e a greve.

Além da Transtejo, todo o sector dos transportes continua mobilizado para a defesa de aumentos salariais compatíveis no mínimo com os últimos aumentos de preços e do custo de vida. O mesmo sucede nas Minas da Panasqueira — luta agudizada pela atitude patronal que impôs ilegalmente o «lock-out» — na Progresso Mecânica, em todo o sector da indústria naval, na Siderurgia Nacional, nos CTT, na Lusofane.

Ameaça na MDF

Na Metalúrgica Duarte Ferreira, as células do PCP nos três locais de trabalho (Lisboa, Porto e Tramagal) alertavam entretanto os trabalhadores para as ameaças que pesam sobre os postos de trabalho.

Num comunicado de 28 de Maio findo, os trabalhadores comunistas da MDF afirmam que a administração da empresa «desculpa-se de antemão acerca de qualquer atitude que venha a tomar quanto a despedimentos encossando essa responsabilidade para o governo ou para a banca nacionalizada. A administração — acrescenta o comunicado — tem estado a «formar pequenas empresas dentro da MDF para a comercialização de vários produtos, sem que o contrato de viabilização esteja feito (com a banca), para que os administradores e os seus amigos estejam garantidos quando a empresa «não for viável» e abrir falência».

Recorda-se que na MDF há fortes tradições de luta em defesa dos postos de trabalho e dos salários, agora ameaçados também pela gestão privada. A MDF, abandonada em 1975 pelo patronato, esteve intervenida durante vários anos, alguns deles sem qualquer apoio oficial, e praticamente entregue à iniciativa e à organização dos seus trabalhadores, que deram boa conta desse encargo e salvaram a empresa da ruína, apesar das grandes dificuldades que tiveram de enfrentar.

são das suas propostas, na generalidade bem aceites pelos trabalhadores.

Uma nota do Sindicato refere entretanto que nos primeiros três meses deste ano houve uma angariação média de 300 novos sócios por mês.

No âmbito do esclarecimento e da mobilização, tanto os Sindicatos como a Federação da Função Pública têm entretanto feito distribuir vários comunicados, nomeadamente sobre a ADSE (Assistência na Doença aos Servidores do Estado), a integração dos trabalhadores da Segurança Social no regime jurídico da Função Pública,

questões internas que interessam aos trabalhadores do LNETI e aos descontos «dos artigos quartos no subsídio de férias», assunto sobre o qual o governo PSD/CDS foi recentemente obrigado a re- curar depois de fortes protestos das organizações representativas dos trabalhadores da FP.

Professores e próximo governo

O secretariado nacional da recém-criada Federação Nacional dos Professores, segundo comunicado final aprovado na sua primeira reunião em Ponta Delgada, onde se encontrou com o presidente do Governo Regional dos Açores, dr. Mota Amaral, decidiu prosseguir até 30 de Junho próximo com o debate nas escolas para aprovação na especialidade do programa de acção para 1983-1985.

O Conselho Nacional da Federação reunirá em 14 de Julho para aprovar o referido Programa da Federação. Entretanto o secretariado iniciou na reunião de Ponta Delgada o debate das «medidas prioritárias a apresentar pela Federação para serem objecto de negociação com o próximo governo».

Essas medidas devem estar sistematizadas até 20 do corrente, data em que o secretariado nacional voltará a reunir-se, em Lisboa, desta vez.



O CCTV/83 da Metalurgia e Metalomecânica precisa da mobilização do sector. Na foto a Sofefame na rua em Março de 1983



Sindicatos e Federação, nomeadamente em Lisboa e no Porto, voltam a protestar contra as tentativas de acabar com a semana inglesa. Na imagem a campanha no Rossio em 1980

Eleições sindicais

Estão marcadas para breve várias eleições sindicais. No próximo dia 7 o Sindicato dos Químicos do Sul elege os seus corpos gerentes. Entre 14 e 17 do corrente decorre a assembleia constituinte do Sindicato dos Trabalhadores Civis dos Estabelecimentos Fabris das Forças Armadas. E ainda em 7 e 8 deste mês realizam-se as primeiras eleições para o Sindicato dos Professores do Norte e para o Sindicato dos Professores da Grande Lisboa.

Os Químicos do Sul com sede em Setúbal abrangem os distritos de Setúbal, Évora, Beja, Portalegre e Faro. São cerca de 10 200 filiados: 8,25 por cento homens e 14,46 por cento mulheres. Nos estabelecimentos fabris das Forças Armadas a assembleia constituinte, segundo veio a público no princípio da sema-

na, terá de reunir-se na rua, à porta dos oito locais de trabalho abrangidos pela nova associação sindical.

Um porta-voz da comissão pró-Sindicato, que poderá abranger 12 mil trabalhadores, reafirmou o direito que a estes assiste de criarem a sua associação sindical sobre a qual vão deliberar por voto secreto

directo, votando ao mesmo tempo os estatutos e elegendo a direcção provisória. De acordo com o projecto de estatutos, o Sindicato dos Trabalhadores Civis das Forças Armadas será independente e representativo, abrangendo só nos distritos de Lisboa e Setúbal cerca de 11 mil trabalhadores.

No entanto, a direcção dos estabelecimentos fabris não autorizou a colocação das mesas de voto dentro dos locais de trabalho, alegando que ali não é permitido o exercício da actividade sindical.

O porta-voz da comissão pró-sindicato afirmou que a nova organização «não visa confrontações com as Forças Armadas». Trata-se apenas de pôr em prática uma liberdade e um direito consagrados na Constituição, defendendo os interesses dos trabalhadores onde eles são frequentemente atacados.

No Porto, sede do Sindicato dos Professores do Norte, criado em Novembro do ano passado, concorre uma lista única às eleições do dia 7. Entretanto, mojavam posse em 30 de Maio findo os corpos gerentes recentemente eleitos para o Sindicato dos Trabalhadores do Comércio do Distrito de Lisboa e para o Sindicato de Hoteleiros do Sul.

Internacional

Williamsburg

EUA tiveram a primeira e a última palavra

Após três dias de trabalhos, terminou em Williamsburg, nos EUA, a cimeira que mais uma vez reuniu os chefes de Estado ou de governo dos Estados Unidos, Alemanha Federal, Grã-Bretanha, França, Canadá, Japão e Itália. Com uma conclusão que se nos parece impôr: entre as contradições que dividem os mais importantes países capitalistas desenvolvidos — as sete potências — e a solidariedade de classe, venceu a solidariedade de classe. O último ainda, venceram as teses dos EUA, como cabeça do sistema capitalista.

O que para já é sintomático — mas não surpreendente — do próprio conceito de independência nacional promovido pelos governos destes diferentes países.

E por outro — o que é mais grave — inevitavelmente significará a continuidade de uma situação internacional tensa, quer pelo peso e os perigos que a corrida aos armamentos acarreta, quer no plano de uma ainda maior deterioração das difíceis condições económicas e de vida dos povos dos países sub-desenvolvidos.

Um primeiro facto a destacar: pela primeira vez uma cimeira dos "sete" (reuniões de carácter fundamentalmente económico, que se vêm a realizar desde 75), aprovou um texto de carácter político-militar. Mais, esse texto — apesar de os debates em torno de emendas para a sua aprovação e declarações posteriores de relativa demarcação — expressa na prática o apoio do mundo capitalista desenvolvido (França incluída) aos planos belicistas de Reagan e muito concretamente à implantação dos novos mísseis norte-americanos na Europa. Passo na escalada da corrida aos armamentos que — nunca é de mais realçar — significa uma tentativa de violação do equilíbrio mundial de forças, e que é repudiado pelo maior movimento de massas pela Paz alguma vez existente.

É verdade que o primeiro ministro canadiano — o que constitui facto inédito — se pronunciou pela aceitação, em Genebra, de "um diálogo sobre as forças nucleares francesas e britânicas". A França fez questão de salientar que não assumia "nenhum compromisso". E o Japão frisou que a assinatura do documento não significava a sua integração em qualquer pacto militar.

Palavras destinadas a deitar poeira aos olhos dos povos? Os factos são: o documento foi assinado, e o responsável do Pentágono, Gaspar Weinberger, prepara-se para uma viagem à Europa, destinada a informar os seus aliados do calendário detalhado da instalação dos mísseis norte-americanos. Que significado tem — para a NATO — a Conferência de Genebra?

No domínio económico, e para além de afirmações de intensão que nada têm a ver com as realidades, e que sistematicamente repetidas nas diversas cimeiras nunca conduziram a qualquer resultado con-

creto — temos sim, e como elemento concreto, os EUA a reafirmarem a sua determinação em defender os interesses do capital americano, mesmo contra os interesses económicos dos seus parceiros, como se tem vindo a verificar na prática.

Os Estados Unidos continuaram a jogar com as elevadas taxas de juro e com a cotação do dólar, o que nomeadamente significa a utilização dos capitais europeus — atraídos pelas elevadas taxas de juro — pela economia norte-americana. A subida do dólar representa, por exemplo, e também aqui em Portugal, um aumento automático do déficit externo de diversos países.

Nada disto foi resolvido — como aliás era previsível. Ficou-se pelo futuro e eventual estudo de hipóteses de uma conferência para melhorar o sistema monetário internacional.

A capitulação de facto dos "sete" face ao patrão de Washington, no mais total menosprezo pelos próprios interesses nacionais, e em desafio à vontade dos seus povos, em particular no que respeita à implantação dos novos mísseis — já vinha a desenhar-se anteriormente.

Três semanas antes da cimeira de Williamsburg, no Con-



OUA – 20 anos depois de Adis-Abeba o regresso à Etiópia para defender a unidade africana

Há vinte anos, em Adis-Abeba, os líderes dos países independentes de África fundadores da Organização da Unidade Africana (OUA) plantaram numa alameda fronteira à Casa de África várias árvores coníferas perenófilas. Foi no dia 25 de Maio de 1963. Na véspera, havia sido assinada a histórica carta da Organização que proclamava como objectivo comum a unidade dos países e povos africanos, a sua cooperação política, económica, social e cultural.

Vinte anos passados, o pequeno bosque plantado pelos fundadores da OUA na capital da Etiópia vai ser revisitado pelos que hoje fazem parte da Organização. Uma visita que permitirá ver como as árvores simbolicamente plantadas cresceram, consolidaram as suas raízes na terra e ficaram mais fortes com o passar do tempo.

A simbologia da mensagem assim deixada em Maio de 1963 pelos trinta e um dos trinta e dois chefes de Estado e de governo dos países independentes africanos de então, tem hoje uma actualidade e importância enormes: o regresso da OUA a Adis-Abeba verifica-se num momento crucial para a sobrevivência da Organização.

Composta hoje por cinquenta países, a OUA continua a enfrentar muitos dos problemas que estiveram na sua origem, malgrado as importantes vitórias registadas nos dois decénios da sua existência pelos povos em luta contra o impe-

rialismo e o colonialismo. Pode mesmo verificar-se a existência de uma relação directa entre essas vitórias, em que assumem particular relevo a independência de muitos países submetidos ao colonialismo e a sua opção por ideologias progressistas, e o agravar de questões que ultrapassam muito as dificuldades internas e se prendem cada vez mais com pressões de carácter externo.

É que o imperialismo, batido embora sucessivamente em África, não desistiu ainda da batalha para a manutenção da sua influência. A seu favor conta sobretudo com os problemas económicos e de subdesenvolvimento deixados no continente pelas potências coloniais, com a grande dependência material dos países africanos.

Uma arma de peso que vem sendo esgrimida contra a OUA e cuja história pode ser seguida pela história das crises vividas pela Organização ao longo da sua já vasta actividade como mecanismo de estabiliza-

ção da situação em África e de reforço das lutas populares pela independência. Crises de que a OUA tem saído vitoriosa e sempre mais forte.

A formação de vinte novos Estados africanos nas duas últimas décadas, a decisão unânime dos líderes africanos independentes de considerarem hoje como no passado que a segurança dos respectivos países estará sempre ameaçada enquanto existirem regimes coloniais racistas no continente; o contributo importante da Organização à luta pela descolonização completa de África, são exemplos de peso na avaliação da actividade da OUA desde a sua formação.

Um novo desafio à unidade

Compreende-se assim que cada novo ataque do imperialismo contra a Organização de Unidade Africana seja mais forte e mais fortes as forças necessárias para lhe fazer face. A vitória temporária do imperialismo sobre a OUA, no ano passado, ao conseguir impedir pela primeira vez a realização de uma Cimeira, a XIX, prevista para Trípoli, representa um desafio importante para os países africanos.

O fracasso das duas tentativas para a reunião de Trípoli, na Líbia, provocado primeiro

por Marrocos que se opôs à legitimidade da participação da República Árabe Sarauí Democrática e depois pela «questão do Chade», foi reconhecida, embora a manobra dos Estados Unidos. Como o jornal «Christian Science Monitor» chegou a afirmar, os EUA desejam que o posto de presidente da OUA venha a ser ocupado por «um dirigente autoritário e digno de confiança... dos Estados Unidos, claro».

Como é evidente, a intervenção da administração Reagan só teve sucesso devido ao facto de muitos países africanos estarem nas mãos do Fundo Monetário Internacional, cujos créditos temem perder caso se «atrevam» a contrariar os interesses norte-americanos. A exploração das contradições internas e o acirrar de conflitos entre os vários países africanos são outras das velhas armas do imperialismo que continuam a dar os seus resultados: atritando o Sudão contra a Líbia, a Somália contra a Etiópia, Marrocos contra a Argélia e a Mauritânia, etc., os Estados Unidos impedem a resolução dos problemas essenciais e vão colhendo os frutos da divisão.

Cabe por isso perguntar se após o fracasso de Trípoli a OUA conseguirá vencer os po-

mos da discórdia em Adis-Abeba.

É de crer que sim. Por um lado, porque os inimigos dos países africanos continuam a ser comuns: o colonialismo, o sionismo, o racismo, o imperialismo; por outro, porque a sua força está na união: divididos nenhum deles é uma grande potência com possibilidade de fazer face aos ataques à sua soberania, independência e vontade de desenvolvimento.

Acresce ainda a importância da escolha de Adis-Abeba, sede permanente da OUA, para a tentativa de resolução da grave crise que a afecta. Importância que advém do reencontro na cidade onde há vinte anos os líderes africanos tomaram a corajosa e lúcida iniciativa de criar a Organização para o próximo domingo, dia 5. Resta esperar que os dirigentes africanos, tal como as árvores plantadas há vinte anos, saibam afirmar que a OUA está viva.

Agressões contra Moçambique — uma certa lógica política

Uma vez mais jactos sul-africanos violaram o espaço aéreo de Moçambique e sobrevoaram zonas residenciais de Maputo. Desta vez não houve mortos nem feridos. Mísseis disparados pelas Forças Armadas de Moçambique abateram um dos dois jactos da RSA. Mas a agressão é um facto. A tensão permanece. E a necessidade de concentrar esforços em mais esta forma de agressão.

Esforços preciosos num país empenhado na sua reconstrução.

A preocupante insistência em actos agressivos por parte da África do Sul contra Moçambique, coloca com maior preminência a posição que Portugal assume face aos acontecimentos na África Austral, ao problema da Namíbia — centro das tensões geradas nesta parte do mundo pela política de Pretória e dos EUA —, e em particular em relação a Angola e Moçambique.

E assim vale a pena relembrar — ainda que se esteja à beira da constituição de um novo governo que, verdade seja dita, promete a mesma e velha política — qual a atitude assumida quando da agressão a Maputo, há apenas uma se-

mana. Agressão a uma fábrica, mordidas e uma creche (da fábrica), de que resultaram, recorde-se, cinco mortos e uma dezena de feridos.

Na nota então divulgada pelo governo português, o ataque é considerado numa «perspectiva geral em que a violência gera violência, como o demonstra a proximidade, no tempo, da acção em Pretória, reivindicada pelo ANC».

Este foi exactamente o argumento invocado por Pretória, que falou em represália e confirmou o ataque de há uma semana em Maputo, pretendendo que tal se destinava a destruir «ninhos de mísseis» e acampamentos de «terroristas», ou seja, do Congresso Nacional Africano (ANC), movimento de libertação do povo sul-africano. O que, como se sabe hoje sem sombra de dúvidas, é mentira.

Esta posição do governo português — que nem sequer se pode considerar ambígua — não só corresponde à tese de Pretória, como coincide com a afirmada então por Reagan. O que naturalmente não será pura coincidência.

Temos agora o caso da «Grande Reportagem», que o Conselho de Gerência da RTP

decidiu não passar, a pretexto de que isso significaria tomar posição (note-se: a RTP recusa tomar posição contra o apartheid, contrariamente ao estipulado na própria Constituição, e deliberadamente confundindo vítima e agressor), mas que de facto se deve a um *lex* da embaixada sul-africana, que assim grosseiramente interfere — e é atendida — na nossa realidade nacional.

Salientando o que há de inadmissível nesta decisão da RTP (que agora afirma ir passar o citado programa, mas acompanhando de entrevista com o embaixador da RSA), o PCP oportunamente afirmou que as justificações, adiantadas, «colocando no mesmo plano e em interligação as acções legítimas dos patriotas sul-africanos contra o regime racista e a brutal agressão do regime de Pretória contra a soberania e a integridade territorial de Moçambique, enfileiram elas próprias, tal como os noticiários da RTP, nas acções de propaganda desencadeadas pelo regime de apartheid».

Assim uma mesma linha lógica percorre as desculpas de Pretória, como as posições as-

sumidas por Reagan, pelo governo português, pela RTP que temos.

Não é nesta base que se promovem as boas relações entre os povos de Portugal e dos países africanos de expressão portuguesa. Não é

submetendo a orientação da nossa política externa à linha seguida pelo imperialismo que se defendem os interesses do Povo português, que se defende a paz e o direito dos povos à independência e à soberania nacional.



Os crimes racistas da África do Sul contra Moçambique voltaram a fazer vítimas civis; as bases do ANC que dizem querer atacar não estavam lá...

França entre o Plano Delors e a Reforma Universitária — que futuro?

Pedras e cocktails Molotov, jovens com o rosto coberto por lenços, granadas de gases lacrimogéneos. As imagens vêm de França, entram-nos pelos nossos cascos pelo pequeno ecran, e muito provavelmente levantarão comentários do género: é tudo igual, trate-se de governos de esquerda ou de direita. Conclusão muito adequada a teses como a de que os países em geral, e o nosso em particular, se dividem entre duas novíssimas classes: a «classe política», e o povo, sendo que em ambas coexistem trabalhadores e capitalistas...

A verdade é que, não só a pequena batalha de rua que nos veio transmitida de Paris, como também o facto de só essa imagem, e não outras, nos ter chegado via TV, se inscreve na verdadeira batalha de classes. A que se trava em França, e a que se trava cá, em Portugal.

Tentando ver os acontecimentos mais de perto, vale a pena chamar a atenção para alguns factos.

O primeiro aspecto a destacar é que a proposta de Reforma Universitária, actualmente em debate na Assembleia Nacional Francesa, e que se pretende venha a entrar em vigor em 84, proposta apresentada pelo sociólogo Savary, actual ministro da Educação, apresentando facetas positivas, que abrem novas perspectivas ao ensino superior em França não pode sequer ser considerada como uma proposta revolucionária.

O projecto de lei aponta para quatro direcções fundamen-

mentais, salientadas quer pelo grupo parlamentar do PCF, quer pela CGT e ainda pela UNEF (Associação dos Estudantes), destaca-se um ainda excessivo selectivismo, a inadequação dos meios financeiros destinados à sua realização, a necessidade de acentuar o carácter de democratização e as medidas de apoio social.

O segundo aspecto a considerar é a virulência da campanha lançada pela direita contra este projecto. Concretamente, desenvolveu esforços para que ele não fosse sequer discutido. Na impossibilidade de concretizar tal pretensão, promoveu e enquadrou manifestações com estudantes e velhos professores de cátedra, contra a Reforma, e prepara-se para boicotar a sua aprovação em tempo útil, com a apresentação de cerca de mil (!) emendas.

Vale a pena ouvi-los. Para a UDF, trata-se de um projecto «centralizador de inspiração totalitária», «o primeiro atentado à liberdade de ensino». O conselheiro de Giscard d'Estaing, Charles Debbasch, afirma a «Le Figaro» que o projecto Savary «constitui a mais grave ameaça às liberdades desde a chegada ao poder do governo socialista» e ainda que o seu objectivo seria «alterar profundamente a organização do conjunto do ensino superior num sentido burocrático

e autoritário, colocando as universidades sob o poder das mais obscurantistas forças sindicais».

Comentando a campanha de direita, «L'Humanité» órgão do PCF, destaca em editorial: «A grande burguesia defende os seus privilégios. Ela deseja a poder reservar o ensino superior para os seus filhos, continuar a eliminar, no acesso e durante os estudos, os filhos e as filhas das classes populares, da classe operária. Ela deseja continuar a confiscar a ciência exclusivamente para os seus lucros, desprezar o que não lhe parece rentável. Ela deseja, enfim, tentar preservar o papel hegemónico da sua ideologia».

Pondo também o dedo na ferida, a CGT afirma que as forças reaccionárias se opõem à transformação da Universidade «como tentaram fazê-lo face às nacionalizações e aos direitos dos trabalhadores».

As manifestações de estudantes, que contaram com a presença dominante da direita e da extrema-direita não são caso único. Paralelamente à luta dos trabalhadores — em particular nas empresas, até por direitos que hoje lhe são legalmente reconhecidos, mas que continuam a ser negados pelo patronato — outras acções se registaram que nada têm a ver com a luta e os interesses dos trabalhadores. E que ob-

jectivamente constituem a utilização, pela direita, quer das dificuldades herdadas e ainda não superadas, quer de problemas muito reais que se vivem na França de hoje.

A questão da reforma universitária é um exemplo. Alguns números sobre a situação actual do ensino universitário são elucidativos: em cada dez filhos de operários consegue chegar à Universidade; quarenta por cento dos estudantes abandonam o curso a meio e trinta e nove por cento logo no primeiro ano, indo directamente alimentar as bichas de desempregados, com a agravante — quer na perspectiva individual, quer social — de não contarem com qualquer qualificação profissional. Naturalmente que esta situação, herdada dos anteriores governos de direita, gera instabilidade, gera descontentamento. Instabilidade e descontentamento clinicamente utilizados por essa mesma direita.

Em Junho de 82, é aprovado um programa de «austeridade económica»: por um período de quatro meses salários e preços foram congelados, visando-se simultaneamente o fim da indexação dos salários aos preços (Julho de 82).

Em Março de 83 é aprovado o «Plano Delors», («Plano de rigor»), que prevê a redução do consumo, num só ano, de 65 milhões de francos, ou seja,

dois por cento do Produto Nacional Bruto. O que significa, claramente, fazer pagar a crise aos trabalhadores.

Comentando esta realidade, Georges Marchais, secretário-geral do PCF, afirmava numa reunião de quadros, em 15 de Maio: «O nosso país dispõe das bases necessárias para impulsionar o relançamento da nossa economia (...) É nessa direcção que se orienta o governo, com o que denominou o 'Plano de rigor'. Toda a gente se apercebe: apresentámos propostas precisas nesse sentido, mas são outras as decisões adoptadas».

Em declaração a «France Inter», o presidente da Confederação do patronato francês (CNPF), Gattaz, afirmou: «Vamos inevitavelmente para um aumento do desemprego (...) Os franceses dariam provas de civismo se estivessem de acordo com a baixa do poder de compra». O mesmo conceito de «civismo» que o PS e o PSD pretendem impor aqui também, em Portugal.

A solução, como aponta o PCF no seminário organizado sobre problemas económicos, é «utilizar melhor as bases criadas pela nova maioria: direitos dos trabalhadores, nacionalizações, processos de descentralização», destacando que é preciso «não ceder às concepções de gestão do patronato e da direita».

Iminente ataque à Síria?

A tensão cresce no Médio Oriente. Nos últimos dias os confrontos entre falangistas e forças patrióticas libanesas multiplicaram-se, as provocações de Israel às tropas sírias tornaram-se cada vez mais frequentes. A «inevitabilidade» de um ataque sionista à Síria é apresentada sistematicamente por Israel como única forma de fazer cumprir o «acordo de paz» que lhe permite dominar o Líbano.

As afirmações de responsáveis sionistas e norte-americanos são esclarecedoras: Moshe Arens, ministro da Defesa, declarou que Israel não está disposto a «manter por muito mais tempo as suas tropas em estado de alerta permanente»; a Casa Branca divulgou um comunicado em que acusa a Síria de estar a reforçar a sua segurança, considerando tal facto como a «ameaça à paz que prevalece actualmente no Líbano».

As afirmações são claras; qualquer delas visa legitimar mais uma aventura bélica dos sionistas. Os apelos à paz são fortes, mas Begin procura não os ouvir. A marcha da paz que no passado domingo partiu da fronteira libanesa para Telavive, onde os israelitas que nela participam esperam chegar sábado, véspera do 1.º aniversário da invasão do Líbano, pode no entanto obrigá-lo a ouvir a expressão da vontade popular que exige a sua demissão e o fim da guerra.

